

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

CARMINA CANDIDO DE ALMONDES

**AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS OCORRIDAS EM  
INHUMA-PI APÓS SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA (1954-1977)**

PICOS, PI

2012

CARMINA CANDIDO DE ALMONDES

**AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS OCORRIDAS EM  
INHUMA-PI APÓS SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA (1954-1977)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

PICOS, PI

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

A452t Almondes, Carmina Candido de.

As Transformações urbanas ocorridas em Inhuma-PI após sua emancipação política (1954-1977) / Carmina Candido de Almondes. – 2012.

CD-ROM : il. ; 4 ¼ pol. (72 p.)

Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2012.

Orientador(a): Prof. MS. Francisco Gleison da Costa Monteiro

1. História – Piauí. 2. Inhuma-PI. 3. Cidade. 4. Urbanização. I. Título.

CDD 981.812 2

CARMINA CANDIDO DE ALMONDES

**AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS OCORRIDAS EM  
INHUMA-PI APÓS SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA (1954-1977)**

Monografia apresentada ao curso de  
Licenciatura Plena em História, do  
Campus Senador Helvídio Nunes de  
Barros, da Universidade Federal do  
Piauí.

Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison  
da Costa Monteiro

Aprovada em     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms Francisco Gleison da Costa Monteiro  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo  
(Examinador Interno)

---

Prof. Francisco Tadeu Fontenele de Oliveira  
(Examinador Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a construir esse trabalho, aos que se dispuseram a lê-lo e emitiram suas opiniões e conselhos. Em especial aos meus entrevistados, pois sem a boa vontade deles essa caminhada seria muito mais dificultosa e dentre eles, principalmente à Dona Luiza Rodrigues da Silva, minha vizinha, que sempre me atendeu prontamente para tirar as dúvidas surgidas no decorrer desse estudo. À minha Mãe que também ajudou bastante em minhas pesquisas procurando por fontes e entrevistados quando eu estava impossibilitada de fazê-lo. E ao meu orientador que me guiou pelo melhor caminho possível para materializar nessas páginas os meses de pesquisas.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda as mudanças ocorridas na cidade de Inhuma - PI após o seu processo de emancipação. Visa analisar as transformações urbanas engendradas pelos governos municipais nas décadas de 1950/70, pois durante esse período houve a construção de alguns espaços como, por exemplo, escolas, prefeitura, posto de saúde, hospital, abertura e ampliação de ruas e avenidas e a instalação de água encanada e energia elétrica. Sendo assim Inhuma se urbanizava e em meio a isso se percebe a mudança de algumas formas de vivenciar a cidade por parte dos transeuntes, implicando também nas relações sociais e são essas estruturas que pretendemos analisar no decorrer do trabalho, para isso utilizamos as ferramentas da história oral e da memória, com uso de depoentes que viveram aquele período e de documentos encontrados no acervo da Prefeitura Municipal e da Câmara dos Vereadores.

**Palavras-Chave:** Inhuma; Cidade; Urbanização.

## **ABSTRACT**

This course conclusion work approaches the changes that happened in Inhuma city in the state of Piauí after its emancipation process. Hereby is to analyze the urban changes built by the county government on the 50s and 70s, since those years many buildings have been built such as schools, the city hall, health centers, hospitals, some streets have been opened and some avenues have been enlarged, installation of piped water and electricity that way Inhuma city started being green and as a result one can perceive the changes in many ways and experience the city by the passersby and also involving the social relationship and these are the ones we intend to analyze during that work, to get started we will use the unwritten and memories history tools by using the people testimonies who lived at that time and the collected documents found in the city hall and in the city council.

**Keywords:** Inhuma; city; Urbanization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1:** Mapa de localização de Inhumá, página 13.

**Figura 2:** Mapa de localização de Inhumá, página 13.

**Figura 3:** José Pereira do Nascimento (foto de 1930), um dos fundadores do povoado de Inhumá, página 16.

**Figura 4:** Aureliano José Nogueira (Doca Nogueira) com sua neta, página 18.

**Figura 5:** Foto da primeira Assembleia Legislativa de Inhumá, página 30.

**Figura 6:** Solenidade de inauguração do abastecimento de água de Inhumá, página 46.

**Figura 7:** Caixa d'água no bairro Morro, página 47.

**Figura 8:** Praça Monsenhor Lopes e os três primeiros carros da cidade, página 53.

**Figura 9:** Inauguração do primeiro sinal de televisão em Inhumá, página 57.

**Figura 10:** Construção da Unidade Sanitária Inhasinha Nunes, página 62.

## SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I: Povoamento e emancipação na cidade de Inhumas	13
1.1. A história como um processo: a feira, o comércio e o povoamento	13
1.2. A ideia de emancipação	24
Capítulo II: Transformações urbanas em Inhumas após a emancipação política	32
2.1. Abertura de ruas	32
2.2. As mudanças no abastecimento de água de Inhumas	41
Capítulo III: A instalação de energia elétrica e o esforço na construção de prédios públicos	50
3.1. Luzes da cidade: a instalação de energia elétrica e os espaços de lazer	50
3.2. Os prédios públicos e a organização da máquina administrativa	58
Conclusão	64
Fontes	66
Referência Bibliográfica	71

## INTRODUÇÃO

“A história de um povo deve ser registrada para garantir às gerações futuras as suas origens e o conhecimento do seu passado.”<sup>1</sup>

Durante as pesquisas para a construção deste trabalho de conclusão de curso, deparei-me com estas palavras do Padre Gilberto Freitas que refletem o meu sentimento ao escrever essas páginas.

A história de Inhuma está guardada na memória dos remanescentes que lá estavam naquele período, início do século XX. Senhoras e Senhores que já se encontram com algumas de suas lembranças gastas pelo tempo, pela condição da idade.

Eu, na condição de estudante do Curso de História, que devo escrever um trabalho de conclusão de curso, resolvi centrar meu exercício de pesquisadora para a cidade Inhuma, mais especificamente, para as transformações urbanas que a cidade sofreu após ter sido emancipada de Valença- PI, cidade à qual pertencia.

Percebi que os moradores mobilizaram-se em prol da emancipação em razão do povoado ser pouco beneficiado por Valença, apesar da renda que gerava. A finalidade desse trabalho é observar se os administradores inhumenses conseguiram alcançar o objetivo de melhorar as condições da cidade, visto que, agora poderiam administrar a renda gerada por ela e como moradores/usuários saberiam, teoricamente, quais as maiores necessidades do lugar. E também, perceber a forma que os demais moradores perceberam/viveram essas mudanças, se as prioridades dos administradores também eram as prioridades do restante da população.

As razões por esta seleção são também ligadas às memórias e as relações familiares, pois, toda minha infância e parte de minha juventude vivi nesta cidade e pude acompanhar mudanças na estrutura física e econômica da mesma, porém, ao desenvolver este trabalho pude perceber que não houve mudanças drásticas, mas, os fatos que procuro registrar nos ajudam a analisar a mobilização dos sujeitos que vivenciaram esta urbe.

---

<sup>1</sup> FREITAS, Gilberto Pe. *Paróquia de São José – História de um povo e sua fé – Inhuma-PI*. Teresina: SG gráfica e editora Ltda., 1997, p. 12.

Tais abordagens se justificam pela escassez de registros sobre a história e a memória de Inhumas, decidi, então, escrever em algumas páginas um pouco do passado dessa cidade, procurando garantir às gerações futuras ao menos uma versão dos acontecimentos ocorridos.

Digo uma versão em razão de ter escrito a partir do que me foi permitido ter contato: alguns documentos oficiais como atas, projetos de leis, registros de resoluções, ofícios e decretos, pertencentes ao acervo da Prefeitura Municipal de Inhumas, bem como, os da Câmara dos Vereadores. Aliado a esse conjunto de fontes documentais uni relatos de moradores da cidade utilizando a metodologia da História Oral para contrapor o discurso oficial. Ainda foram utilizadas algumas fotografias encontradas no Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo, localizado em Inhumas, porém, essas fotografias foram usadas apenas como um recurso de ilustração.

Para abordar a História Oral e Memória fui orientada pelo texto *Muitas Memórias outras histórias: cultura e o sujeito na história*, da autora Yara Aun Khoury, onde ela diz que “dialogar com as pessoas supõe apreender os sentidos que cada um dos fatos narrados e das pessoas que narram assume nas problemáticas que estudamos [...] as narrativas embora sejam pessoais, se fazem na experiência social”, ajudou-me a entender também as formas de como esses sujeitos organizam e vivenciam suas experiências.<sup>2</sup>

Fui norteada também, com relação à História Oral, por *O momento da minha vida: funções do tempo na história oral* no qual o autor, Alessandro Portelli, nos ajuda a compreender a influência do tempo nas narrativas, para ele “os relatos acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo [...], os relatos sofrem acréscimos e subtrações em cada dia da vida do narrador”.<sup>3</sup>

Utilizando aqui as palavras de Sandra Jatahy Pesavento, tento mostrar a cidade como obra humana, uma ação humana sobre a natureza e local de concentração populacional, impensável no individual, local onde acontece a renovação das relações

---

<sup>2</sup> KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 123.

<sup>3</sup> PORTELLI, Alessandro. *O momento da minha vida. Funções do tempo na história oral*. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 297-298.

sociais. O território inhumense moldado pelo homem, proporcionando o habitar, a moradia de muitos, local onde as relações sociais se renovam.

A cidade é, sobretudo, uma *materialidade* erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. A cidade é, nesse sentido, um *outro* da natureza: é algo criado pelo homem, como uma sua obra ou artefato. [...] A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do ‘habitar’, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do ‘humano’: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.<sup>4</sup>

Corroborando com o pensamento da historiadora é que procuro debruçar sobre os indícios encontrados e tentar analisar os sujeitos da pesquisa, contextualizando essa cidade em movimento, de olhares fragmentados, de vai e vem nas ruas e avenidas, das circulações de mercadorias, nos postos que ocupam o povo e os gestores para entender as mudanças nos espaços da cidade e na cultura, das experiências diversas, mas também de notarmos que, apesar de ser uma cidade pequena, tem suas complexidades e que por isso mesmo as relações sociais não são homogêneas. E é exatamente aí que pretendemos adentrar, no particularismo destes sujeitos.

Tratando sobre cidade utilizei, ainda, Raquel Rolnik e sua ideia de ímã: “na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que, me veio a cabeça foi a de um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”<sup>5</sup>, a Inhuma estava se apresentando como um atrativo para homens e mercados.

Este trabalho visa analisar as transformações urbanas engendradas pelos governos municipais nas décadas de 1950/70, pois durante este período houve a construção de alguns espaços como, por exemplo, escolas, prefeitura, posto de saúde, hospital etc., abertura e ampliação de ruas e avenidas, bem como instalação de água encanada e energia elétrica. Sendo assim, Inhuma se urbanizava e em meio a isso se percebe a mudança de algumas formas de vivenciar a cidade por parte dos

---

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, n. 53, p. 13-14, 2007.

<sup>5</sup> ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 12.

transeuntes, implicando também nas relações sociais e são estas estruturas que pretendemos considerar no decorrer do trabalho.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, faço uma breve apresentação da cidade, tento mostrar as características do lugar antes da emancipação, desde sua localização, chegada dos primeiros moradores até a mobilização da população em prol da emancipação. As transformações físicas da cidade são tratadas efetivamente no segundo e no terceiro capítulo, no segundo, abordo sobre a investida dos gestores inhumenses de organizar o espaço territorial do município recém criado, com a abertura de ruas e conseqüentes desapropriações e indenizações, bem como as mudanças no sistema de abastecimento de água. Reservei o terceiro capítulo para tratar sobre a instalação de energia elétrica e as mudanças causadas na vida dos moradores, pois proporcionou novas práticas de sociabilidades e também abordo a criação de alguns prédios públicos.



Segundo a Fundação CEPRO<sup>6</sup>, o município de Inhuma – PI tem hoje uma extensão territorial de 1.042, 815 km<sup>2</sup>, situa-se na microrregião de Valença do Piauí, limitando-se geograficamente ao Norte com Novo Oriente do Piauí, Valença do Piauí e Lagoa do Sítio, ao Sul com Ipiranga do Piauí e São José do Piauí, ao Leste com São João da Canabrava e a Oeste com Oeiras e Ipiranga do Piauí.

Para analisarmos os aspectos da urbanização da cidade após ser emancipada em 1954, torna-se necessário apresentarmos as suas características antes desse período. Essa apresentação justifica-se pelo fato de quisermos detalhar para o leitor os primeiros momentos de formação da urbe.

Para isso utilizaremos as ferramentas da história oral e da memória e seus desdobramentos em torno da cultura. A análise em torno da história oral, da memória e da cultura permeiam e guiam as discussões em torno desses sujeitos presentes nessa temática, cujas inspirações buscamos no texto da historiadora Yara Aun Khoury “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”. A historiadora nos auxilia a entender as formas de como estes sujeitos organizam e vivenciam suas experiências, pois considera:

[...] a história como um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida.<sup>7</sup>

Seguindo, então, as perspectivas da historiadora, passamos a dar pistas da região que hoje conhecemos como a cidade de Inhuma, que outrora era pertencente à cidade de Valença do Piauí.

As informações que tratam sobre os primeiros sinais de povoamento, apontam que em 1900 foi edificada a primeira capela do município, ela estava situada na localidade Forte, um povoado pertencente à cidade de Inhuma. No ano de 1902,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO28\\_176f21bbab.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO28_176f21bbab.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.

<sup>7</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 117.

migrantes de algumas regiões do Brasil chegaram e fixaram-se no lugarejo chamado Boa Esperança pertencente ao município, com o intuito de trabalharem na exploração da maniçoba<sup>8</sup> que, segundo Teresinha Queiroz, “tornou-se economicamente viável com os altos preços alcançados pela borracha durante a segunda metade do século XIX e início do século XX”<sup>9</sup>. Porém, essa atividade perdurou na região somente até o ano de 1908 quando se deu a queda do produto e conseqüentemente o enfraquecimento monetário do grupo explorador.<sup>10</sup>

Com a queda da exploração da maniçoba esses moradores mudaram-se para o lugar chamado Vigário, hoje um povoado ligado ao município, e começaram a praticar a troca de produtos que culminou numa pequena feira; posteriormente mudaram-se para a margem direita do brejo<sup>11</sup>, onde se instalaram e deram o nome de Inhuma. O lugar recebeu esse nome devido à grande quantidade de pássaros Inhaúma existente naquela região.<sup>12</sup>

Logo foram construídas as primeiras casas residenciais do lugar onde hoje conhecemos como a zona urbana da cidade de Inhuma. Os primeiros proprietários foram: Antônio Ferreira de Araújo, Claro Pereira dos Santos e José Pereira do Nascimento.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> “Representaram, por algumas décadas, um meio integral de vida ou ganho de renda suplementar ao nordestino, através da exploração do látex para a produção de borracha natural. O início de participação das maniçobas na economia regional deu-se com a descoberta do látex destas plantas e sua utilização na indústria da borracha. Dezenas de milhares de famílias do Ceará, Piauí, Pernambuco e Bahia tiveram parte (ou o todo) de sua subsistência diária custeada pela extração e processamento do látex de maniçoba”.\*

\* ALLEM, Antonio C. et al. *Recursos genéticos de maniçobas (Manihot spp. Euphorbiaceae) para forragem no Nordeste semi-árido*. Disponível em: <<http://www.cpatsa.embrapa.br/catalogo/livroorg/manicobarecursosgeneticos.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

<sup>9</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 32.

<sup>10</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

<sup>11</sup> Quando falo em brejo, com relação ao Vigário, entenda-se como sendo uma área alagadiça, sendo que naquela região localiza-se a lagoa do Vigário. A mudança daqueles migrantes para aquela região pode ser compreendida na medida em que lá possuía melhores condições para a prática da agricultura de subsistência.

<sup>12</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

<sup>13</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.



Figura 3: José Pereira do Nascimento (foto de 1930), um dos fundadores do povoado de Inhuma. Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

Durante as cinco primeiras décadas do século XX, a localidade, que ainda era apenas um pequeno povoado, apresenta-se com aspectos rústicos, seja na forma do cultivo da agricultura de subsistência, seja na forma de comercialização dos produtos e até mesmo na estrutura das casas que eram bem simples, tanto as de alvenaria quando as de pau-a-pique.

As relações comerciais se davam na pequena feira que acontecia debaixo de um tamarindeiro, posteriormente funcionou debaixo de uma latada e tempos depois foi transferida para um mercado simples que possuía apenas um quarto.<sup>14</sup>

No início era uma feira de pequenas proporções, movimentada pelos habitantes locais, com a venda de produtos alimentícios oriundos da agricultura de subsistência praticada na região, em geral vendia-se arroz, feijão, farinha, goma e alguns animais

<sup>14</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

como, por exemplo, bode, galinha e seus derivados. Vendiam/trocavam o excesso do que produziam pelos produtos que não cultivavam em suas propriedades. Com a chegada de mais moradores para a região, a instalação de vários engenhos para a produção de rapadura, bem como, a participação de comerciantes das localidades vizinhas, inclusive gente que vinha da zona urbana de Valença para comprar produtos, a feira tomou maiores proporções. Faziam parte da feira, portanto, personagens anônimos na historiografia local com suas pluralidades e singularidades nesse meio circulante de mercadorias, pessoas e cultura. Nessa questão, Fernand Braudel enfatiza que:

Uma multidão de compradores e uma profusão de biscateiros, proletariado difuso, e ativo, corretores, varredores, carroceiros, vendedores ambulantes, mercadores, varejistas, camponeses, burgueses, todos a procura de algo para comprar<sup>15</sup>

No texto de Braudel percebemos a diversidade de sujeitos que ocupam o espaço onde se realizavam as feiras entre o século XI e XII na Europa. No caso de Inhuma, estão naquele espaço, homens e mulheres dos locais que hoje conhecemos como os bairros Centro, Morro, Salu, Sossego, Liberdade e Meireles e de outras localidades, distritos e município circunvizinhos. Eles são os responsáveis pela dinâmica e condução do ritmo da feira, bem como, responsáveis pelo consumo de seus produtos e circulação de seus sons e sotaques comuns e ao mesmo tempo diferentes para o transeunte despercebido, mas que ocupam o mesmo espaço: a feira. Não caindo no anacronismo à feira ainda hoje propicia encontros de diversos sujeitos, e se voltarmos um pouco no tempo, veja o que diz Leo Huberman: “Entre seus clientes encontram-se papas e imperadores, reis e príncipes, república e cidade”.<sup>16</sup> Vale ressaltar que essa é uma descrição de um período entre o século XI e XII e retrata as feiras realizadas na França, mas se realizarmos uma comparação com as feiras de hoje iremos notar que as mudanças giram em torno dos comportamentos, dos usos e abusos que os sujeitos fazem do espaço da feira.

---

<sup>15</sup> BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas*. São Paulo. Martins Fontes. 1996. p. 15

<sup>16</sup> HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC., 1986, p. 24.

O povoado apresentava acontecimentos pitorescos, como a questão do “presídio” da época, um tamarindeiro cravado de argolas. A localidade, em geral, se apresentava calma sem grandes roubos ou assassinatos. No entanto, no início do seu povoamento, existiam algumas desordens, em geral, por motivo de bebida e pequenos furtos, o consumo excessivo de álcool levava os sujeitos a cometerem atos que causavam brigas e intrigas pela vizinhança. Na maioria das vezes, os penalizados pelas desordens eram severamente punidos publicamente em um pé de tamarindeiro cravado de argolas. A punição devia servir de exemplo para o restante da população. Lá, gente comum fora castigada por um grupo considerado policial e que não tinha nenhuma preparação militar, eram indicados pelos chefes políticos para exercer a função de soldados, ficando a segurança do local a cargo deles.<sup>17</sup>

Somente em 1915, veio surgir o primeiro estabelecimento comercial, era propriedade do Sr. Aureliano José Nogueira, conhecido como Doca Nogueira, a partir daí o local começou efetivamente a ter aspectos de povoação, visto que moradores das regiões vizinhas mudaram-se para o local e construíram casas e choupanas.



Figura 4: Aureliano José Nogueira (Doca Nogueira) com sua neta. Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

<sup>17</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

Como foi dito anteriormente, com a queda da exploração da maniçoba os migrantes mudaram-se para o Povoado de Vigário e tempos depois transferiram-se para a margem direita do brejo, a razão dessa mudança pode ter sido a instalação desse comércio pelo Sr. Nogueira, apresentando-se como uma maior comodidade para os moradores, que agora tinham perto de sua casa um comércio onde poderiam realizar a compra/troca de produtos no dia em que lhe fosse mais apropriado, não tendo mais que esperar somente pelo dia específico da feira.

Dois anos depois, em 1917, o Sr. Antônio de Deus Carvalho, que viria a ser, em 1954, eleito o primeiro prefeito da cidade, mudou-se para a Inhuma e instalou um comércio de tecidos.

Era poucas casas, [...] quem iniciou o povoado aqui foi meu pai e Antônio de Araújo [...], meu pai construiu essa casa aqui, seu Antônio de Araújo construiu a outra ali, foram os dois primeiros habitantes aqui que começaram o povoado, meu pai: Aureliano José Nogueira, ele era ambulante, comerciante de tecido, mas resolveu construir a casa e instalar uma loja de tecidos, não era só loja de tecido e aí ampliava com outras mercadorias, vendia até sal, na época sal em pedra, naquela época só tinha sal em pedra, não tinha sal moído e Antônio de Araújo era outro que veio para aqui e era comerciante da mesma forma de meu pai.<sup>18</sup>

Com este depoimento, percebemos que o início do povoamento do local está atrelado ao comércio. O Sr. Antônio de Deus Nogueira, filho do Sr. Aureliano Nogueira, um dos primeiros moradores da região, nos informa que foi seu pai o primeiro a instalar um estabelecimento comercial na cidade e ainda nos dá algumas características desse estabelecimento, onde além de vender tecidos também vendia produtos alimentícios, como sal que era vendido em pedra por não haver sal moído.

Comércio era impressionante, agrícola era a cana-de-açúcar, era o produto base da Inhuma cana-de-açúcar, rapadura e comercial tinha o comércio de tecido e mercadoria também já existia, não como hoje. No tempo transportava em animal, comprava fora, no Ceará em Crateús e vinha tudo em animal, comprava em Floriano vinha em animal, Teresina era mais difícil, porque não tinha a facilidade de transporte, como hoje, mais funcionava até bem vou lhe dizer até melhor que hoje, que os comerciantes naquela época vendiam as mercadorias com um ano de

---

<sup>18</sup> NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

prazo, (risadas) sem correção, sem nada, sem juro, sem nada, dava a entender que eles eram mais folgados do que hoje.<sup>19</sup>

Essa fala do Sr. Clementino nos possibilita enxergar a importância da agricultura para a economia do município, a qual se baseava na cana-de-açúcar, com a produção da rapadura e também no comércio de tecidos, ele nos apresenta, ainda, a dificuldade de transporte dos produtos, realizado todo em lombo de animal, em longas e cansativas viagens com destino a cidades do mesmo Estado, como Floriano e também a cidades de Estados vizinhos, como Crateús, no Ceará.

Entre as práticas comerciais apontadas no depoimento, nos chamou a atenção o fato das mercadorias serem vendidas com um ano de prazo, sem juros. O que nos faz indagar sobre como um comerciante conseguia sustentar o seu negócio vendendo uma mercadoria e só recebendo o pagamento por ela um ano depois e ainda sem acréscimo nenhum no valor.

Outro produto que aquecia a economia da cidade era a farinha de mandioca, a Inhuma é apontada por alguns moradores como o município maior produtor de goma daquela época, visto que a maioria dos povoados ligados a ela como, por exemplo, Caatinga Alta, Jabuti e Baixas do Maranhão, também produziam a mandioca, matéria prima desses produtos.

“Era povoado, povoado pequeno, mas tinha vida boa o pessoal, não tinha tanta pobreza como se vê hoje”<sup>20</sup>. Essas palavras do Sr. Clementino deixam refletir o carinho que os moradores daquele período tinham pelo local onde habitavam, talvez até preferindo essa Inhuma do passado, local esse, que proporcionava uma vida simples, mas digna para a população que vivia em torno da agricultura, ao mesmo tempo em que oferecia o trabalho pesado da roça lhe recompensava com a satisfação de ter comida à mesa.

Lendo “Memória e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970”, de Regianny Lima do Monte, identificamos uma passagem na qual ela analisa os escritos de um cronista com relação a modernização

---

<sup>19</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>20</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

sofrida por Teresina, encontramos semelhanças no sentimento do cronista, Abel Lima de Santana Filho, com o nosso entrevistado, ambos revelam um sentimento saudosista com relação as suas respectivas cidades do passado. Suas palavras foram analisadas pela autora da seguinte forma:

A cidade da qual nosso cronista recordava era a pacata Teresina da sua infância, com poucos habitantes, de uma pobreza revelada nas residências de seus moradores, mas que apesar dessas adversidades podia desfrutar do sossego e da tranquilidade do convívio de seus moradores.<sup>21</sup>

Inhuma era um povoado pequeno, sem sinais de urbanização e nem de conforto para seus habitantes, não possuía energia elétrica, água encanada e nem calçamento.

Porém, antes da emancipação já existia na localidade algumas construções expressivas para um pequeno povoado como, por exemplo, a construção da capela de São José, que durou de 1918 a 1924; em 1924 também houve a construção do primeiro cemitério, localizado no local que hoje faz parte do centro da cidade; em 1935 houve a construção da agencia para arrecadação de impostos, da agência postal telefônica e do mercado público; em 1950 foi construída a primeira escola, sendo denominada de “Escola Reunida Major Leite”, no mesmo ano também houve a instalação da agência Postal Telefônica do Departamento de Correios e Telégrafos.<sup>22</sup>

Era só esses dois quadros aqui, esse que hoje que é a Praça João de Deus e a Praça Monsenhor Lopes, a Inhuma era só isto, já tinha igreja de São José.

[...] mais o povo naquela época, a mentalidade, achava que nunca ia passar carro por aqui, a rua era estreita, só dava pra passar um animal com uma carga, nem um carro não passava, nem um jipe na época.<sup>23</sup>

Já tinha igreja, era menor, depois aumentaram, já tinha mercado também, aquela praça ali também já tinha, só que não era trabalhada assim, era só o quadro mesmo de areia, não tinha calçamento.<sup>24</sup>

<sup>21</sup> MONTE, Regianny Lima do. Memória e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Imperatriz: Ética, 2010, p. 319.

<sup>22</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

<sup>23</sup> NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

As características do povoado eram bem simples, só possuía dois quarteirões, as praças não eram estruturadas, tinha somente o espaço da praça com areia, sem plantas ou qualquer decoração que embelezasse o local. As ruas eram estreitas, sem espaço suficiente para passagem de carros, dava somente para o trânsito de animais com cargas, consequência das casas serem construídas sem planejamento.

Como disse o Sr. Antônio de Deus Nogueira, parece que o pessoal não imaginava que lá pudesse um dia transitar carros e dá pra entender esse pensamento, pois era um povoado pobre, onde a maioria das famílias vivia dos frutos da roça, se utilizando de animais para o transporte de cargas, já que não faziam uso de carros não sentiam necessidade de reservar espaço para eles.

O abastecimento d'água antes de passar a cidade era o jequi, as mulheres carregavam água, a lata d'água na cabeça chamado, que vinha do olho d'água na roça ali de Hermógenes, o abastecimento d'água era feito assim com latas ou cargas nas costas de animais.<sup>25</sup>

Só tinha água [...] no brejo no sítio acolá. Se lembra de um lugar chamado jequi? Aí lá tinha um olho d'água, [...] quando eu comecei possuir casa aqui, ai pagava uma nega pra botar água na lata, botava tantas latas d'água por dia e pagava por mês, era desse jeito.<sup>26</sup>

A água era pego ali na levada, ali no brejo, era com cocô de animal, urina de animal, lavagem de roupa tudo num local, o povo pegava água sem tratamento nenhum, não tinha água só tinha sujeira, e todo mundo tinha que servir, porque não tinha outro recurso.<sup>27</sup>

Esses depoimentos dos Senhores Antônio de Deus Nogueira, Raimundo Rufino da Silva e Clementino de Carvalho Santos se encaixam bem no que diz Sandra Jatahy Pesavento sobre as formas de tratar a cidade através dos recursos da história oral, das palavras ditas, através da recuperação dos depoimentos e dos relatos da memória,

---

<sup>24</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>25</sup> NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>26</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>27</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

retraçando, então, uma experiência do vivido, transmitindo para aqueles que não estiveram na cidade do passado as experiências vividas naqueles lugares que não mais existem, das sociabilidades e ritos desaparecidos e dos valores desatualizados. No entanto, buscando o recurso da História Oral em tempos fragmentados procura-se:

[...] depoimentos e relatos de memória, que retracem uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitindo no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe.<sup>28</sup>

Nessas falas percebemos a experiência da busca da água nas fontes, experiência que caiu em desuso após o encanamento da água. A atividade de buscar água nas fontes configurava-se como um momento de sociabilidade, a fonte era um local de reunião de pessoas, em sua maioria mulheres, se encontravam para a lavagem de roupas, nesse momento conversavam, trocavam experiências com assuntos relacionados a filhos e marido, cantavam, trocavam remédios caseiros, além disso, essa atividade aparecia como possibilidade de renda para famílias, visto que moradores que tinham um poder aquisitivo mais elevado pagavam pessoas para fazerem o transporte da água até suas residências e também para lavar suas roupas.

A fonte mais utilizada pelos moradores era um olho d'água, chamado popularmente de Jequi, localizado no lugar denominado Meireles, hoje, devido à grande construção de casas encontra-se bem próximo a zona urbana, porém sem utilidade. Os moradores para pegarem água para consumir em casa tinham que ir cedo da manhã, antes que outras pessoas comessem a lavar roupas no local e a água se enchesse de sabão.

A água da fonte era uma água sem tratamento, animais entravam lá e ao mesmo tempo em que bebiam deixavam suas fezes e urina, somado a isto ainda tinha a lavagem de roupas no local. Mesmo em meio a tanta sujeira essa era a fonte de água

---

<sup>28</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n. 53, p. 20, 2007.

utilizada pela população para todas as necessidades domésticas, desde a alimentação humana até a limpeza da casa.

Apesar de todas essas limitações na estrutura local, o contingente populacional foi crescendo e juntamente com ele o comércio, as relações sociais e política.

## **1.2. A ideia de emancipação.**

Mesmo Inhuma não sendo, neste momento do texto, efetivamente uma cidade, fazemos uso, aqui, das palavras de Barros, onde trata da fabricação das metáforas urbanas. Apropriamo-nos da metáfora do ímã. Na qual a cidade seria um polo de atração que absorve os homens e mercados.<sup>29</sup>

Esta imagem, da cidade como um ímã, também é simpática aos olhos de Raquel Rolnik: “Na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que, me veio a cabeça foi a de um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”<sup>30</sup>

Apresentamos a metáfora do ímã, porque notamos que foi o que aconteceu com Inhuma nesse período antes da emancipação. Uma vez que a localidade estava apresentando-se como um atrativo para as pessoas, primeiro uma melhora no comércio, com mais diversidades - tecidos, produtos alimentícios – e, conseqüentemente, um aumento populacional. Como disse Barros, um atrativo para homens e mercados.

Ao ver o aumento da densidade demográfica e a melhoria do comércio, alguns moradores começaram a pensar na ideia de emancipação do povoado. Como já foi dito antes, Inhuma era um povoado pertencente à cidade de Valença do Piauí, era um dos povoados mais expressivos pertencentes àquela cidade, somado a isso, “a década de 50 foi um período bastante febril, no que se refere à criação de novos municípios, [...], sobretudo no Piauí”<sup>31</sup> através do desmembramento de povoados, sendo que vários desses povoados tiveram interesse em participar desse movimento, inclusive Inhuma. Como demonstração dessa febre, Antônio Manoel Leal Almondes aponta que, somente

<sup>29</sup> BARROS, José D' Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

<sup>30</sup> ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 12.

<sup>31</sup> ALMONDES, Antônio Manoel Leal. *Lembranças do Processo de Emancipação Política de Inhuma*. Teresina, 2005, p. 33. Texto no prelo.

em 1954, além de Inhuma, outros dois povoados, sendo eles Pimenteiras e Elesbão Veloso, também foram desmembrados do município de Valença do Piauí.

Na grande maioria dos depoimentos analisados percebemos uma defesa com relação ao potencial econômico do povoado, disseram que o povoado já se mantinha sozinho, tendo condições de funcionar normalmente sem depender de Valença no caso de uma emancipação.

Aqui tinha uns com engenho fabricando rapadura, aqui tinha aviamento (casas de farinha) em todas essas chapadas por aí, produzindo farinha e goma de mandioca, então em Valença nem se comparava, a renda tributária daqui era muito maior que a de Valença, todo mundo sabia disto, então a Inhuma se fez independente por aí, tinha mais renda do que Valença.<sup>32</sup>

Os moradores foram motivados essencialmente pelo desenvolvimento do comércio, mesmo que este não tornasse o povoado “autossuficiente”, pelo menos tornava-o capaz de prover a sustentação básica de seus habitantes”.<sup>33</sup>

Atrelado ao fator comercial está o descontentamento com a administração de Valença, os depoimentos apontam que qualquer atividade comercial que surgia no povoado, gerava lucros para aquela cidade, sendo que todo o dinheiro era investido lá, ou seja, apesar de Inhuma gerar uma renda expressiva não usufruía das benesses, sendo que o dinheiro ficava sob a gerência do governo valenciano, a falta de investimento no povoado pode ser verificado através das características físicas do local, explanadas no texto anteriormente.

Portanto, no momento da verbalização das memórias o que notamos que está selecionado como ação do povo é o fato de Inhuma reconhecer a necessidade de mobilização, de reação contra o atraso comercial e os governos tiranos. Para o senhor Raimundo Rufino: “Já foi mesmo essas coisas, discórdia política, da gente não gostar do comando de Valença, e aí todo mundo se reuniu para enfrentar a separação e deu certo.”<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>33</sup> ALMONDES, Antônio Manoel Leal. *Lembranças do Processo de Emancipação Política de Inhuma*. Teresina, 2005, p. 32. Texto no prelo.

<sup>34</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

A análise em torno da memória e da cultura permeiam e guiam as discussões em torno desses sujeitos presentes nessa temática, cujas inspirações buscamos no texto da historiadora Yara Aun Khoury “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”<sup>35</sup>, onde nos leva a notar as peripécias de como esses sujeitos organizam e vivenciam suas experiências a partir da busca pela sobrevivência e da capacidade de resistir.

Por outro lado, juntamente com o crescimento populacional e das atividades comerciais um novo grupo da sociedade inhumense começou a ter destaque entre os demais: os comerciantes. Foram estes os idealizadores da emancipação. O nome de maior evidência foi o de Antônio de Deus Carvalho, um senhor que se instalou em Inhuma em 1917, montando um estabelecimento comercial no qual vendia tecidos.

“A ideia foi encabeçada por Seu Antônio de Deus, seguido por Né Macedo, Geraldo Barreto e Joaquim Borges de Oliveira, foram os cabeças, os principais, mas tudo sob o comando de Seu Antônio de Deus”<sup>36</sup>. Além dos nomes citados, devemos destacar também no momento da emancipação o do Sr. Doca Gusmão, outro comerciante da época, esse senhor esteve envolvido diretamente nas articulações políticas da primeira eleição.

Segundo os depoimentos, a ideia de emancipação saiu da mente do Sr. Antônio de Deus Carvalho, caracterizando-o como o articulador do projeto de desligamento, estando sempre à frente, inclusive, da preparação da documentação.

As falas dos entrevistados apontam que o processo de emancipação se deu de maneira rápida, visto que “os representantes aqui de Inhuma tiveram muito apoio dos representantes do Estado”.<sup>37</sup>

Esse cidadão Antônio de Deus Carvalho era procedente, filho do Sr. João de Deus Carvalho, tem uma praça bem aí com o nome dele, João de Deus Carvalho. Sabe quem era esse cidadão? Era o avô de Dr.

---

<sup>35</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 117.

<sup>36</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondés. Inhuma, Março de 2005.

<sup>37</sup> GONCALVES, João Ferreira. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondés. Inhuma, Março de 2005.

Petrônio Portela. Rapaz, tá entendendo? Avô do Dr. Portela! Repare, quem tá lá em cima é daqui da Inhuma.<sup>38</sup>

A rapidez em que o povoado foi emancipado pode ser explicada ao observarmos a ligação de alguns moradores do local com pessoas influentes, um exemplo disso, é o próprio fato de o líder do projeto de emancipação ter ligações familiares com um político importante do Estado do Piauí, sendo tio do Dr. Petrônio Portella. Além dessas condições de ligação amistosa e/ou familiar com políticos influentes do Estado, outra condição importante para que o povoado fosse emancipado era a quantidade populacional.

Eles fizeram uma estatística que precisava ter uma determinada quantidade de eleitores, precisava ter assim uma determinada quantidade de eleitor e de habitantes e aquela quantidade de habitantes é que daí tivesse o direito de passar a cidade e a Inhuma tinha na época, teve habitação suficiente para ela tornar-se independente.<sup>39</sup>

Mesmo a cidade de Valença não tendo muito interesse na emancipação do povoado, pois era um dos maiores pertencentes a ela, Inhuma se fez independente, conforme pode ser observado na divulgação do Diário Oficial do Estado:

Faço saber que o poder legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o município de Inhuma que se desmembrado de Valença do Piauí, ficando constituídos das seguintes datas: - Boa Esperança; Saco do Galo Bravo; Parte da data Sitio Santo Antônio; partindo a linha divisória do pique denominado "Caldeirão do Saco", até encontrar com a da chapada do paudarco, ainda os gerais denominados "baixas", na confrontação da data Boa Esperança.

Art. 2º. O novo município será instalado a treze de junho de 1954, ficando sob a jurisdição do prefeito e da câmara municipal de Valença do Piauí, até a posse dos dirigentes eleitos.

Art. 3º. As eleições do município de Inhuma serão realizadas nos dias das demais do Estado.

Art. 4º. A presente lei entra em vigor no dia 13 de junho de 1954.

---

<sup>38</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>39</sup> GONCALVES, João Ferreira. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

Palácio do Governo do Estado do Piauí em Teresina, 17 de maio de 1954; 66ª da republica, Pedro de Almendra Freitas, Waldir de Figueiredo Gonçalves selada e promulgada a presente lei nesta secretaria geral do estado e a os dezessete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

João Damasceno Soares. Diretor Geral do Expediente.<sup>40</sup>

A lei que deu origem ao município foi a de “nº 985, de 17 de maio de 1954”<sup>41</sup> a qual entrou em vigor somente no dia 13 de junho daquele ano. Depois que Inhuma foi emancipada ficou ainda sob o comando de Valença até outubro de 1954, mês em que aconteceram as eleições municipais.

Nos preparativos para as eleições, começaram a ocorrer às alianças políticas. Nas palavras do Sr. João Ferreira Gonçalves: “Antônio lançou-se candidato, Doca também lançou o candidato dele, se eu estou lembrado da época foi o primeiro candidato do MDB, o primeiro candidato do UDN era Antônio de Deus, foi eleito prefeito”.<sup>42</sup>

Antônio de Deus Carvalho, o líder das ideias de emancipação, lançou-se candidato a Prefeito, Doca Gusmão, outro participante do movimento, também lançou seu candidato: Benoit de Deus Nogueira.

A primeira eleição ocorrida na cidade aconteceu no dia três de outubro de 1954. D. Anita Lima de Oliveira, mais conhecida como Mãe Preta, uma poetisa de Inhuma, registrou em algumas estrofes aquele momento histórico pelo qual a cidade passou.

XXII

Falei do primeiro pleito,  
Falei do prefeito eleito,  
Antônio de Deus Carvalho.  
Foi o seu vice no pleito,  
Geraldo Alencar Barreto,  
Com planos para o trabalho.

XXIII

A câmara municipal,  
Constituída ao normal,  
Com 5 vereadores.

<sup>40</sup> DIÁRIO OFICIAL, 1954 apud ALMONDES, Antônio Manoel Leal. *Lembranças do Processo de Emancipação Política de Inhuma*. Teresina, 2005, p. 32. Texto no prelo.

<sup>41</sup> FREITAS, Gilberto Pe. *Paróquia de São José – História de um povo e sua fé – Inhuma-PI*. Teresina: SG gráfica e editora Ltda., 1997, p. 22.

<sup>42</sup> GONCALVES, João Ferreira. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

Habitantes Inhumenses,  
 Que firmaram em permanência,  
 E provaram seus valores.

XXIV

Joaquim Borges de Oliveira,  
 Senhor João Paulo Ferreira,  
 Antônio Isidório Neto.  
 Luiz de Sousa Leal,  
 Pela Lei Estadual,  
 Manuel Macedo completa.

XXV

Luiz Leal renuncia,  
 Raimundo Rufino assumiu  
 Se integrando ao município,  
 Resistente perseverantes, [sic.]  
 Media 6.000 habitantes,  
 Lutando por benefícios

XXVI

Alguns já estão com Deus,  
 Outros provando o que fez,  
 Nessa história sem fim.  
 Nos comove por inteiro, [sic.]  
 Essa historia verdadeira,  
 Escrita em verso por mim.<sup>43</sup>

Podemos perceber nessas estrofes do poema de Mãe Preta, a formação do corpo administrativo da cidade resultante da primeira eleição. Nessa eleição os candidatos eleitos foram: Antônio de Deus Carvalho para Prefeito, Geraldo Alencar Barreto para Vice-prefeito e cinco vereadores: Joaquim Borges de Oliveira, João Paulo Ferreira, Antônio Isidoro Neto, Manoel Ferreira Barbosa de Macedo e Luiz de Sousa Leal, este último posteriormente renunciou e o Sr. Raimundo Rufino da Silva assumiu seu lugar.

---

<sup>43</sup> MÃE PRETA [Anita Lima de Oliveira]. *Antiga história de Inhuma e seus primeiros representantes*. Inhuma: Center Curso, 2003.



Figura 5: Foto da primeira Assembleia Legislativa de Inhumas. Primeira fila da esquerda pra direita: Manoel F. de Macedo (vereador), Geraldo Alencar Barreto (vice-prefeito e presidente da câmara), Joaquim B. Oliveira (vereador); segunda fila da esquerda pra direita: João Paulo Ferreira (vereador), Antônio Isidório Neto (vereador) e Raimundo R. Silva (vereador). Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Inhumas.

Mãe Preta os apresenta como os valorosos inhumenses, que lutaram sempre perseverantes em favor dos demais 6.000 habitantes, que era a população da cidade no ano de 1954.

O sentimento dos moradores do município após a emancipação foi de liberdade, de ser dono de si, por não dependerem mais de Valença sendo que a administração e os procedimentos burocráticos agora poderiam ser resolvidos em Inhumas, sentimento este, que pode ser percebido na narrativa da Senhora Guimarães: “Eu acho que influenciou muita coisa para a gente porque é muito bom quando a gente

pode ser dono de si, não é verdade?! Porque se [...] a gente precisasse de fazer, de falar ou de usar alguma coisa tinha que ser lá, hoje é tudo aqui mesmo”.<sup>44</sup>

A cidade conseguiu se manter economicamente após ser emancipada e o Sr. Raimundo Rufino da Silva nos acrescenta que agora Valença é que necessitava do comércio de Inhuma, visto que, havia perdido a sua maior produtora de itens agrícolas, vindo comprar aqui produtos como farinha, goma e feijão, na fala desse Sr. percebemos ainda um certo despeito com a cidade de Valença, apresentando-a como terra de preguiça, onde pouco se produzia.

Se mantinha sozinha, como se manteve e depois Valença ficou aqui no comércio de Inhuma, quase tudo que Valença precisava vinha buscar, comprar aqui na Inhuma produtos como farinha, goma, feijão, essas coisas. Valença era terra de preguiça, não tinha nada não. A agência tributária daqui rendia duas vezes mais do que Valença.<sup>45</sup>

Obviamente, sendo Inhuma um povoado da cidade de Valença em 1954, é fácil percebermos que havia muito a ser feito com relação à estruturação da cidade, como foi apontado anteriormente.

Os moradores mobilizaram-se em prol da emancipação em razão do povoado ser pouco beneficiado, apesar de produzir uma renda econômica considerável para o seu tamanho. Por este motivo a proposta deste trabalho é analisar as mudanças pelas quais o lugarejo passou após ser desmembrado de Valença, observando se os administradores conseguiram alcançar o objetivo de melhorar as condições da cidade, visto que, agora poderiam gerir a renda gerada por ela e como moradores/usuários saberiam, teoricamente, quais as maiores necessidades do lugar, do mesmo modo, daremos ênfase a como os demais moradores perceberam/viveram essas mudanças, se as prioridades dos administradores também eram as prioridades do restante da população. Estes serão os pontos tratados no próximo capítulo.

---

<sup>44</sup> GUIMARÃES, Francisca de Assis. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

<sup>45</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

## **CAPÍTULO II**

### **TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM INHUMA APÓS A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA**

É nesse segundo capítulo que alcançamos o objetivo desse trabalho. Aqui será analisada a questão das transformações físicas ocorridas na cidade de Inhumas, bem como, as mudanças que essas transformações implicaram na vida dos moradores.

Foi abordada no capítulo anterior a questão da emancipação política e observamos nos depoimentos que as narrativas convergem em evidenciar que a emancipação foi instalada a partir da insatisfação com o governo valenciano, tais narrativas apontavam que Inhumas produzia muito, porém era investido pouco na estrutura do local.

No desenvolvimento desse capítulo tentaremos analisar as mudanças da cidade a partir da nova administração, que sendo gerenciada por pessoas da localidade, em tese, saberiam as reais necessidades da região e que, de fato, representaria os anseios da população geral.

Ao consultar os documentos oficiais da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal de Inhumas percebemos que os empreendimentos de mudança na estrutura física da cidade se resumem na instalação de energia elétrica, no abastecimento d'água, na construção de prédios públicos (prefeitura, câmara municipal, hospital, escolas, posto de saúde, etc.), barragens, açudes, abertura de ruas, avenidas e suas respectivas desapropriações e indenizações. Sendo que, a esses documentos foram somados vários depoimentos orais de pessoas que viveram aquele período.

#### **2.1. Abertura de Ruas.**

No ano de 1954, quando Inhumas foi emancipada, o território que fazia parte da área urbana, apresentava-se basicamente como o que hoje conhecemos como a Praça Monsenhor Lopes, na qual situa-se em suas imediações a Igreja de São José, - edificada como uma pequena capela entre os anos de 1918 e 1924 - e Praça João de Deus Carvalho, onde hoje se localiza em seu entorno a Prefeitura Municipal.

Com a emancipação, uma das primeiras investidas da nova administração foi organizar o espaço territorial do município. A finalidade era dar um aspecto de

desenvolvimento às ruas e também de embelezamento e organização do território. Essa investida inicial de organização territorial do município pode ser observada na gestão do Sr. Antônio de Deus Carvalho que em projetos enviados para apreciação da Câmara Municipal dos Vereadores tem aprovadas as seguintes leis:

Lei nº 5 de 4 de maio de 1955

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura de Cr\$ 15.000,00, para custear as despesas ocorridas no levantamento da planta Urbana e Suburbana desta cidade e bem assim a organização do mapa deste município.<sup>46</sup>

E ainda no mesmo ano:

Lei nº 7 de 22 de junho de 1955

Art. 1º - autoriza a medição geodésica da zona urbana e suburbana desta cidade e toma outras providências.

Art. 2º - Compete ao prefeito contratar Agrimensor devidamente credenciado, para promover a medição geodésica e organizar o mapa da zona urbana e suburbana desta cidade.

Art. 3º - As ruas deverão ser projetadas em linhas retas, obedecendo as regras de quarteirões 80x80 mts, ou de acordo com a situação topográfica do terreno.

Art. 4º - As novas ruas deverão ter 12 metros de largura.

Art. 5º - Poderão ser intimados os proprietários de cêrcas, muros e casas que se encontram fora dos alinhamentos à fazerem a desobstrução para que possam passar os alinhamentos.<sup>47</sup>

A gestão do Sr. Antônio de Deus Carvalho, primeiro prefeito da cidade, começa a disponibilizar recursos e a contratar profissionais da área de engenharia civil e de topografia para a projeção das novas ruas e avenidas. Créditos foram solicitados à Câmara Municipal e a autorização fora de imediata; as medições geodésicas da zona urbana e suburbana da cidade foram efetivadas a fim de ser organizado o mapa municipal. Na lei citada anteriormente, foram definidas formas para as ruas, avenidas e quarteirões.

Segundo José D' Assunção Barros,

<sup>46</sup> INHUMA. Lei n. 5 de 4 de maio de 1955. Abre crédito especial para custear as despesas ocorridas no levantamento da planta urbana e suburbana da cidade.

<sup>47</sup> INHUMA. Lei n. 7 de 22 de junho de 1955. Autoriza a medição geodésica da zona urbana e suburbana desta cidade e da outras providências.

É bom lembrar que uma determinada imagem do que seja ou deva ser a cidade pode estar implicada na sua própria formação primordial e nas suas subsequentes transformações. Os próprios homens que se unem para constituir uma cidade já começam a interferir nos seus destinos formais nos primeiros instantes, valendo-se das suas próprias imagens.<sup>48</sup>

Organizar o território da cidade não fora uma atividade fácil, pois, as casas existentes na antiga Vila não correspondiam com o alinhamento das ruas e avenidas para a cidade que estava sendo projetada. Esse empecilho acarretou sérios problemas para o novo projeto de ordenação do espaço urbano, pois, muitas casas obstruíam a passagem do desenvolvimento e o impasse estava feito.

Para sanar com este problema a Prefeitura Municipal de Inhumas abriu créditos para desapropriar e indenizar os proprietários, pois o projeto tinha que ser efetivado e quem tivesse sua casa na rota do “desenvolvimento” deveria demolir e procurar outros espaços na cidade. Assim sendo, vejamos abaixo o crédito destinado ao senhor Raimundo Borges de Oliveira:

Lei nº 16 de 27 de outubro de 1955  
 Art.1º - Abre um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) para indenização ao Senhor Raimundo Borges de Oliveira, pela desapropriação e indenização de uma casa, para a passagem e alinhamento da Rua do Amparo desta cidade.<sup>49</sup>

Paralelo aos alinhamentos estava a abertura de novas ruas e respectivamente as reservas do tesouro público municipal para desapropriar e indenizar os proprietários era uma constante. Na Lei nº 29 de 3/10/56, destina-se “crédito especial de Cr\$11.500,00 (onze mil e quinhentos cruzeiros) para ocorrer as despesas com desapropriações e indenizações para a abertura da Rua Gonçalves Dias nesta cidade”.<sup>50</sup>

<sup>48</sup> BARROS, José D' Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 22.

<sup>49</sup> INHUMA. Lei n. 16 de 27 de outubro de 1955. Abre um crédito especial de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) para indenização ao Senhor Raimundo Borges de Oliveira, para desapropriação de uma casa a Rua do Amparo desta cidade.

<sup>50</sup> INHUMA. Lei n. 29 de 3 de outubro de 1956. Abre um crédito especial de Cr\$11.500,00 (onze mil e quinhentos cruzeiros) para desapropriações e para a abertura da Rua Gonçalves Dias.

As desapropriações foram demasiadas e as justificativas giravam em torno do “ideia de desenvolvimento” e da “utilidade pública”. Assim, a Portaria nº 4, de 18 de julho de 1956 registrava:

Fica desapropriado por utilidade pública, 396 metros quadrados de terreno para passagem da Rua Felix Pacheco e 1044 metros quadrados de terras para passagem da Rua São José, ambas desta cidade, compreendendo uma casa em construção coberta de telhas com cinco cômodos, uma porta e duas janelas de frente, incravada na referida Rua São José.<sup>51</sup>

O processo de desapropriações continuava e a abertura de ruas e avenidas fazia parte das principais ações da prefeitura de Inhumas. Outro exemplo desta ação, constando na Portaria nº 7, de 4 de outubro de 1961, é a desapropriação “por utilidade pública 1034 metros quadrados de terreno para o prosseguimento da Rua Felix Pacheco desta cidade”<sup>52</sup> e para tal ação fora destinado a verba de Cr\$15.000,00, para indenização do Sr. Aureliano José Nogueira, de um terreno onde passa a rua Felix Pacheco desta cidade.<sup>53</sup>

Analisando outras leis e portarias, percebemos que as ações de ordenação do espaço urbano são continuamente presentes nas gestões dos prefeitos que sucedem<sup>54</sup> o Sr. Antônio de Deus Carvalho.

Para visualizar este processo de abertura de ruas e avenidas traçamos aqui uma pequena amostra das ruas que foram criadas ou modificadas com o alargamento, no período em estudo: Avenida Ribeiro Gonçalves, Rua do Amparo, Rua Felix Pacheco e Rua São José, nelas houve vários proprietários que tiveram que ser desapropriados para que o prosseguimento da rua obedecesse à planta desenvolvida.

Devido à necessidade de urgentemente recorrer a um projeto de urbanização capaz de atender a este propósito muitas pessoas foram prejudicadas em nome do “desenvolvimento” e da “utilidade pública”, pois, tiveram suas casas demolidas ou parte

<sup>51</sup> Prefeitura Municipal de Inhumas. Portaria n. 4 de 18 de julho de 1956.

<sup>52</sup> Prefeitura Municipal de Inhumas. Portaria n. 7 de 17 de agosto de 1957.

<sup>53</sup> CÂMARA DOS VEREADORES. INHUMA. Ata da terceira sessão ordinária da quarta reunião ordinária da Câmara Municipal de Inhumas em 4 de outubro de 1961. Registro das Atas da Câmara nº 2, p. 92.

<sup>54</sup> INHUMA. Projeto de lei n. 2 de 4 de fevereiro de 1964. Que abriu crédito especial de Cr\$150.000,00, na Tesouraria desta Prefeitura para ocorrer as despesas para dar continuidade da Avenida Ribeiro Gonçalves até a rua São José.

delas, entre estes que receberam indenização da prefeitura estavam os senhores Raimundo Borges de Oliveira e Aureliano José Nogueira.

Em meio ao processo de crescimento da cidade e as percas materiais de parte dos habitantes pelas desapropriações, foi gerado certo descontentamento nos moradores, esse sentimento de descontentamento dos moradores diretamente afetados pela rota do “desenvolvimento”, nos possibilita perceber uma contradição que estava sendo vivenciada pela população, pois, outrora reivindicavam sua independência administrativa, ou seja, seu desmembramento da cidade de Valença do Piauí. E agora, isto é, após o episódio da emancipação, começaram a sofrer sérios problemas pelas ações dos prefeitos que gestaram a cidade de Inhuma, já que estes tinham que transformar a Vila, dando-lhe aparência de cidade.

Nos estudos de Regianny Lima do Monte, referindo-se à modernização de Teresina da década de 70, ela aponta o autoritarismo do poder público pondo em prática as reformas da cidade: “A ação do poder público era criticada pelo autoritarismo com que foi posto em prática as reformas da cidade, negava-se ao povo o direito de opinar sobre as decisões a serem tomadas no perímetro urbano”<sup>55</sup> Essa ação de autoritarismo também encontra-se presente na cidade de Inhuma, visto que, os moradores não eram consultados sobre as transformações que deveriam ser empreendidas na cidade, mesmo causando tamanho impacto na vida deles, como nos casos de desapropriações.

Mediante a este processo questionamos: a quem beneficiou o alargamento das ruas? A população em geral? Ou apenas um grupo elitizado, detentores de posse e do comércio local? Será que as indenizações foram suficientes para que os indenizados pudessem dar continuidade o projeto de construção de outra casa? Quem o “desenvolvimento” e a “utilidade pública” afastou do centro da cidade?

Obviamente, os gestores não questionavam sobre os danos causados aos moradores. Tanto que, o empenho da Prefeitura de Inhuma em obedecer à planta criada para a cidade continuava sendo plano central para o terceiro prefeito do

---

<sup>55</sup> MONTE, Regianny Lima do. Memória e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Imperatriz: Ética, 2010, p. 318.

município, Benoit de Deus Nogueira. O prefeito chegou até enviar um ofício, em 02 de julho de 1963, a Dom Avelar Brandão Vilela, tratando de um terreno que foi doado pela prefeitura ao padroeiro “São José”.

No ofício, o prefeito denunciava que dia a dia aquele terreno vinha sendo ocupado por pessoas que construíam casas ilegalmente, sendo que, a maioria não levava se quer ao conhecimento do Vigário da Paróquia de Valença do Piauí. Essas construções não estavam obedecendo à norma de alinhamento estabelecida pela prefeitura, o que acabava, nas palavras do prefeito, *enfeitando [sic.] horrivelmente* a cidade. A Prefeitura solicitava, então, uma autorização para que pudesse, naquele patrimônio de São José, participar administrativamente sobre a abertura de ruas, limitando a largura, extensão etc. e ainda concedendo foros a quem se interessasse e cobrando uma devida importância por eles, igualmente como se faz nos terrenos públicos do município.<sup>56</sup>

No dia 10 de fevereiro de 1964, foi então assinado um termo de contrato, no qual Dom Avelar Brandão Vilela, representante da Mitra Arquidiocesana proprietária do patrimônio doado a São José, concede à Prefeitura de Inhuma o direito de aforar em pequenos lotes aquela área de 33 hectares; sendo que a renda dos lotes aforados deveria pertencer ao patrimônio da Igreja de São José, devendo ser entregue, sob recibo, ao Vigário da Paróquia para fins de interesse coletivo.<sup>57</sup>

A partir desse contrato foram instituídas leis que abriam orçamento para suprir as despesas com a criação de quarteirões, abertura de ruas e a limpeza do terreno:

Projeto de lei nº 3/64 de 4 de fevereiro de 1964

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer jús da importância de Cr\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para ocorrer as despesas com divisão de quarteirões, aberturas de ruas, destocagem etc. nos terrenos de São José, conforme contrato firmado com Dom Avelar Brandão Vilela e o Sr. Prefeito Municipal.

Art. 2º - Para ocorrer as despesas do Art. 1º desta Lei será aberto na Tesouraria desta Prefeitura um crédito especial de Cr\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).<sup>58</sup>

<sup>56</sup> INHUMA. Ofício nº 7 em 02.07.1963, da Prefeitura Municipal de Inhuma à Dom Avelar Brandão Vilela.

<sup>57</sup> TERMO DE CONTRATO PARTICULAR que fazem Dom Avelar Brandão Vilela e o Sr. Prefeito da cidade de Inhuma do Piauí. Teresina, 10 de janeiro de 1964.

<sup>58</sup> INHUMA. Projeto de Lei n. 3 de 4 de fevereiro de 1964. Abre um crédito especial de Cr\$60.000,00 para ocorrer as despesas de divisão de quarteirões, abertura de ruas, destocagem, etc.

O que observamos é que a prefeitura onerava suas contas para cuidar de um terreno doado à Igreja tentando evitar que a cidade adquirisse uma aparência feia, sendo que a questão do alinhamento das ruas, segundo o prefeito, tinha o fim único de dar à cidade um melhor aspecto.

Um entrevistado que muito nos esclareceu com relação às características da cidade, no período em questão, foi o Sr. Raimundo Rufino da Silva, de 89 anos, esse senhor foi vereador na primeira eleição da cidade. Assim ele narra:

Casa no mei da rua mesmo, entrei com projeto mais de uma vez tirando casa de mei da rua pra poder desenvolver a cidade [...]. Tinha muita casa no mei da rua quando passou a cidade, quando foi fazer as ruas aí tinha muita casa, foi muito difícil pra gente resolver, por que as pessoas não se conformavam em tirar sua casa, mas era o jeito tirar, até do meu sogro, eu entrei com projeto tirando uma casa dele do mei da rua (risos) [sic.]<sup>59</sup>

Segundo o Sr. Raimundo Rufino, era grande o descontentamento da população causado pelo transtorno de ser obrigada a demolir sua casa e a construí-la em outro local. Silva diz que quando foi constituída a planta da cidade, várias residências acabaram ficando localizadas de uma forma que obstruíam a passagem da rua. Na condição de pessoa pública do município naquele período, ele enaltece na sua fala a sua tentativa de imparcialidade no trato com a população apontando que até uma casa do seu sogro ele teve que solicitar a retirada.

Ainda segundo Silva, esses habitantes eram indenizados pela prefeitura, porém, de acordo com entrevistas realizadas com outras pessoas, foram apontados que com o passar dos anos nem todos receberam as indenizações. Daí a revolta de alguns membros da população, pois, como analisamos anteriormente as despesas para estas indenizações foram todas postas no orçamento e aprovadas pela Câmara de Vereadores. Portanto, a ordenação da cidade beneficiou uns e excluiu outros.

Francisco Alcides do Nascimento em seu texto, “Cidade e memória: O processo de modernização de Teresina nos anos 1930 e 1940”, também apresenta os problemas que os moradores passaram no tocante a assistência do Poder Público, após terem

---

<sup>59</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

suas casas de palha incendiadas criminosamente durante o processo de modernização daquela cidade:

Embora existam informações sobre a liberação de recursos financeiros para ajudar as famílias atingidas, Zilma Mendes, por exemplo, afirma que sua família não recebeu nenhuma ajuda na reconstrução da moradia. Segundo Bachelard, a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz, frequentemente, nosso primeiro universo.<sup>60</sup>

Diferentemente do que aconteceu em Teresina, em Inhumã não houve incêndios que tentassem tirar o feio e o pobre das principais áreas da cidade, e nem foram estabelecidos modelos de residências que eram permitidas ou não, nessas áreas, causando assim, a segregação residencial<sup>61</sup>. Vistas de longe, as transformações urbanas ocorridas em Inhumã não foram tão impactantes, mas, para os moradores que se viram inseridos naquele ambiente de mudanças públicas que interferiam na sua vida particular, foi profundamente desgastante.

Foi o caso de D. Luiza Rodrigues da Silva, de 76 anos, outra inhumense afetada pelo projeto de urbanização; em entrevista ela informou que foi desapropriada de sua residência, do seu canto do mundo, com a criação da Rua Santa Luzia e que não recebeu qualquer indenização, isso por volta de 1977.

A minha casa não era aqui nesse lado, era naquele pé de morro lá, aí de lá foi desapropriado lá pra gente poder atravessar pra cá, pra ficar no quarteirão [...] ela ficava nos muros, nesses muros aqui, ela ficava ali entre a casa de comadre Mariquinha e comadre Chiquinha, era minha casa, aí quando entrou essa demarcação aqui em 77, aí foi preciso tirar ela de lá pra vim pra cá.<sup>62</sup>

Na sua fala, D. Luiza mostra que com a planta da cidade agora estabelecida sua casa ficou quase que no meio do quarteirão, portanto, se sua residência tivesse permanecido naquele local, hoje ela estaria localizada no quintal das casas atuais.

---

<sup>60</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e memória: O processo de modernização de Teresina nos anos de 1930 e 1940. IN: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *História de vários feitios e circunstâncias*. Teresina: Dom Barreto, 2001, p. 145.

<sup>61</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. *Anais XXV Simpósio Nacional de História: por uma estética da beleza na História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

<sup>62</sup> SILVA, Luiza Rodrigues da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumã, 25 de Outubro de 2011.

Quando indagada se recebeu alguma indenização pela desapropriação ela respondeu negativamente. Uma mulher, mãe de 15 filhos (hoje estão vivos nove deles) que vivia dos frutos da roça e de alguns outros bicos como lavagem de roupa, foi desapropriada de sua residência e não recebeu nem se quer uma pequena ajuda por parte das autoridades públicas. Ficamos imaginando as dificuldades pelas quais passou D. Luiza, sem nenhum amparo público e sem poder reclamar por ele devido a sua falta de instrução, já que não teve a oportunidade de estudar e também por não ter ninguém que reivindicasse por ela.

Com as ruas do município agora criadas, foram sendo estabelecidas regras para uso que se podia fazer daquele espaço. A normatização dos comportamentos dos habitantes era feita pelo Código de Posturas da cidade, infelizmente não tivemos acesso ao Código de Posturas daquele período por completo, encontramos apenas algumas portarias que falavam sobre ele:

Portaria nº 1

O Prefeito Municipal de Inhumas usando das atribuições que a lei lhe confere; declara:

É expressamente proibido de acordo com o art. 81 do Código de Posturas deste município: a criação de porcos, cabras e ovelhas nas zonas urbanas e suburbanas desta cidade.

Dentro do prazo de 30 dias terão que ser retirados das vias públicas desta cidade os animais acima referidos e não sendo cumprida esta determinação, serão os referidos animais apreendidos e os contraventores sujeitos a multa de Cr\$10,00 por cabeça.<sup>63</sup>

Portaria nº 2

[...] É expressamente proibido os Srs. construtores de casa depositar materiais no meio das ruas, interceptando o trânsito.

Os construtores deverão cercar a frente das construções e ali por os materiais.<sup>64</sup>

Portaria 6

[...] Em obediência ao que dispõe o artigo 50, do Código de Posturas deste município, é expressamente proibido o abatimento de gado sem a prévia fiscalização desta Prefeitura, a qual terá que ser exercida pelo Fiscal Arrecadador e se o exame demonstrar que o animal não está em condições de ser abatido, para o Mercado Público, por seu estado de magreza ou fadiga ou verificado qualquer abcesso interno demonstrando moléstia infecto-contagiosa, será recusado ao corte, bem como

<sup>63</sup> Prefeitura Municipal de Inhumas. Portaria n. 1 de 10 de maio de 1955.

<sup>64</sup> Prefeitura Municipal de Inhumas. Portaria n. 2 de 10 de junho de 1955.

separado para ser sacrificado e incinerado, sem que o proprietário tenha direito a qualquer indenização.<sup>65</sup>

De acordo com as portarias, encontramos informações que apontam para algumas proibições no uso dessas ruas pelos transeuntes e da sanção que o morador deveria sofrer caso insistisse em desobedecer às normas estabelecidas pelo código de conduta.

Percebemos, através dessas portarias, uma tentativa de tornar a vida dos habitantes mais saudável, procurando impedir o contato dos seres humanos com os animais, e conseqüentemente com a sujeira e doenças trazidas por eles. Como a maioria da população era advinda da zona rural entendemos a existência de animais na cidade. Essas pessoas traziam consigo os costumes de onde moravam anteriormente, criavam diversos animais como: galinhas, porcos e caprinos nos seus quintais e esses animais acabavam fugindo dos cercados.

Porém, percebemos que por trás dessa aparente ideia de salubridade, com a retirada dos animais do espaço da rua, e de conforto para a vida dos moradores, através da desobstrução da passagem, há outra camuflada, a ideia de embelezamento, de livrar a cidade da “sujeira” para ser bem vista aos olhos do outro que vem de fora, do visitante.

Essa ideia de embelezamento, como pudemos perceber neste tópico, perpassa todo o período de criação das ruas do município de Inhumas, desde o momento em que foi estabelecido um mapa para a criação das vias da cidade até a instituição das regras que a população deveria seguir para fazer uso daquele espaço público.

### **2.3. As mudanças no abastecimento de água de Inhumas.**

No primeiro capítulo, foi brevemente apresentado como se caracterizava o acesso à água, na cidade de Inhumas antes de ser emancipada politicamente.

Com relação ao abastecimento d'água, através das entrevistas, tivemos a ideia de que era um tempo muito sacrificante para as pessoas, pois, para conseguirem água tanto para o consumo quanto para os afazeres domésticos, tinham que ir busca-la em brejos distantes, já as pessoas de melhor condição social poderiam ter um maior

---

<sup>65</sup> Prefeitura Municipal de Inhumas. Portaria n. 6 de 11 de maio de 1957.

conforto através da construção de poço cacimbão em suas residências. De acordo com seu Raimundo Rufino:

Era muito difícil, a água era lá no Jequi, a lavanderia, tudo era lá naqueles brejo acolá, [...] a água vinha de lá também, depois que a gente pôs poço cacimbão, aqui nessa casa mesmo tinha um poço cacimbão [...] nessa aqui que eu moro tinha um poço cacimbão, tudo era difícil [...]<sup>66</sup>

O Sr. Antônio de Deus Nogueira, filho de Aureliano José Nogueira, um comerciante da região, portanto pertencente à elite local do período, nos informa que na sua casa existia um poço cacimbão, porém a água de lá não era utilizada para beber.

A água era poço cacimbão que se usava aqui, inclusive aqui na minha casa mesmo tinha um poço cacimbão, usava a água aqui era desse poço, puxando não era nem de bomba, era na corda com uma lata. [...] A água de beber a gente não pegava no poço cacimbão não, o cacimbão a água era grossa, não era boa, era meia salgada e a água lá do jequi, do olho d'água era água pura, água cristalina.<sup>67</sup>

Esse senhor nos informa quais as características de um poço cacimbão, era um poço que para se pegar a água era preciso fazer uso de uma lata amarrada a uma corda, onde essa parafernália era lançada dentro do poço para então poder ser puxada a lata contendo a água. Apesar de possuir esse poço em casa, ele salientou que ainda era preciso fazer uso da água do jequi – olho d'água –, pois a água do poço cacimbão era uma água um pouco salgada, sendo que a do olho d'água não, ela era pura e cristalina.

Com a emancipação, os gestores tiveram a iniciativa de instalar chafarizes pela cidade, numa tentativa de facilitar um pouco a vida da população.

Depois então, eu num lembro bem se foi no governo de meu tio ou do meu sogro, que foi perfurado os poços aqui dentro da cidade. Dois poços tubulares, onde um era bem aqui ao lado aí desse terreno onde hoje é o Banco do Brasil, e esses poços eram jorrantes, eles jorravam, aí colocaram bomba por que o jorro não dava pra... aí fizeram caixa d'água, fizeram chafarizes para abastecer e o povo ia pegar água

<sup>66</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

<sup>67</sup> NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 14 de Maio de 2012.

nessas... não era água encanada assim nas casas como hoje tem água encanada, era no chafariz.<sup>68</sup>

Nessa fala do Sr. Nogueira, percebemos que ele tem uma ligação íntima com os primeiros gestores da cidade, ele era sobrinho do primeiro prefeito, Antônio de Deus Carvalho, e genro do segundo, Manoel Ferreira Barbosa de Macedo, sendo que o terceiro prefeito da cidade foi seu irmão, Benoit de Deus Nogueira. Aqui ele nos aponta sobre a instalação de chafarizes na cidade e fica em dúvida sobre a data da instalação deles, porém, num documento que encontramos no acervo da Prefeitura Municipal essa dúvida nos é esclarecida, a construção dos chafarizes começou ainda no mandato do primeiro prefeito:

Lei nº 63 de 2-5-58

Art. 1º - Fica o Sr. Prefeito Municipal de Inhumas, autorizado a fazer a canalização d'água do manancial para abastecimento do chafariz público desta cidade.

Art. 2º - Abre um crédito especial de Cr\$150.000,00, para ocorrer às despesas com a canalização d'água para o chafariz e perfuração de um poço que servirá de recipiente para abastecimento público.<sup>69</sup>

A Lei nº 63 de 2 de maio de 1958, é o registro mais antigo sobre abastecimento d'água que encontramos, ela trata sobre a primeira iniciativa de tornar a vida dos moradores menos sofrida através de um acesso mais fácil à água, os gestores estavam propondo a canalização do olho d'água até um chafariz construído dentro da cidade, agora ao invés do inhumense ter que se deslocar até o olho d'água chamado jequi, bastava se dirigir ao chafariz.

Segundo o Senhor Raimundo Rufino da Silva: “O sistema de água era um chafariz, bem aqui nessa praça tinha um chafariz que abastecia todo mundo, um poço tubular e o chafariz, todo mundo com sua latinha na cabeça”.<sup>70</sup> O depoente refere-se ao lugar que hoje é a Praça Monsenhor Lopes e nos dá indícios de como era o cotidiano

<sup>68</sup> NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumas, 14 de Maio de 2012.

<sup>69</sup> INHUMA. Lei n. 63 de 2 de maio de 1958. Abre um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura, de Cr\$150.000,00 para ocorrer às despesas com a encanação d'água para o chafariz e perfuração de um poço que servirá de recipiente para abastecimento público.

<sup>70</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumas, Março de 2005.

da cidade, todos acabavam se encontrando nos locais de coleta da água, a maioria fazia o transporte dela com latas na cabeça, para os afazeres domésticos.

A construção desses poços com chafarizes continuou a ser solicitada. Na Lei nº 64 de 3 de maio de 1958, a Prefeitura requer ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - D.N.O.C.S., que sejam construídos quatro poços tubulares, sendo três na sede da cidade e um no povoado Burití-Comprido, e ainda requer em cooperação, mais três poços nos lugares, Baixas, Caldeirão da Salina e Catinga Grande.<sup>71</sup>

Os povoados anexos à sede do município, com relação ao abastecimento de água, contavam com a existência de poços, açudes e barragens, encontramos nos documentos oficiais algumas referências a esses reservatórios de água, que se enquadram no período em estudo: criação de açude nas localidades Pitombeiras,<sup>72</sup> Saco<sup>73</sup> e Chapada do Morro,<sup>74</sup> construção de barragem na localidade de Baixa do Agreste,<sup>75</sup> e Banguelim<sup>76</sup>, ampliação e reconstrução do açude das Baixas<sup>77</sup>.

D. Luiza Rodrigues da Silva em entrevista, nos fala sobre a localização de alguns chafarizes construídos na área urbana da cidade ao longo dos anos.

Na Praça da Igreja tinha um chafariz, lá onde hoje é o Banco do Brasil era outro, ali no final da rua com frente a Socorro de D. Julia tinha outro

---

<sup>71</sup> INHUMA.Lei n. 64 de 3 de maio de 1958. Autoriza o Sr. Prefeito Municipal de Inhumas, a fazer contrato com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S), para a perfuração de quatro poços tubulares, sendo três nesta cidade e um no povoado Burití-Comprido, e a requerer em cooperação com o mesmo Departamento, mais três poços tubulares, nos lugares Baixas, Caldeirão da Salina e Caatinga Grande desta Município.

<sup>72</sup> INHUMA.Lei n. 10 de 27 de agosto de 1955. Cria na Tesouraria desta Prefeitura, um crédito especial de Cr\$ 20.000,00 ( vinte mil cruzeiros) para iniciar a construção de um açude no lugar Pitombeiras da data Bôa Esperança deste município.

<sup>73</sup> INHUMA.Lei n. 11 de 27 de agosto de 1955. Abre um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) para iniciar a construção de um açude no lugar Saco da data Saco do Gado Bravo deste Município.

<sup>74</sup> INHUMA.Lei n. 12 de 27 de agosto de 1955. Abre um crédito especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para iniciar a construção de um açude no lugar denominado Chapada do Morro da data Bôa Esperança deste município.

<sup>75</sup> INHUMA.Lei n. 2 de 15 de fevereiro de 1956. Abre um crédito especial para a construção de uma barragem no lugar Baixa do Agreste deste município.

<sup>76</sup> INHUMA.Lei n. 46 de 12 de agosto de 1957. Abre um crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para a compra de um terreno no lugar Banguelim para construção de um açude.

<sup>77</sup> INHUMA.Lei n. 27 de 3 de outubro de 1956. Abre um crédito especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para ampliação e reconstrução do açude do lugar Baixas deste município.

chafariz, aí passados anos fizeram um bem aqui abaixo do João Leal.<sup>78</sup>

Os chafarizes estavam localizados nos locais onde hoje se encontram a Praça Monsenhor Lopes, conhecida vulgarmente como Praça da Igreja, o Banco do Brasil (Rua 15 de Novembro), a Avenida Duque de Caxias e um estava próximo à Unidade Escolar João de Sousa Leal situado na Rua Eurípedes de Aguiar. Em uma conversa informal ela ainda acrescentou que na Rua do Amparo havia outro chafariz, este estava situado junto a uma lavanderia construída para a população, a lavanderia era formada por trinta pias, quinze localizadas de um lado e quinze do outro, ela disse que em 1971 essa lavanderia já existia. O Sr. Raimundo Rufino da Silva<sup>79</sup> adiciona a esses a existência de um na Rua Marcos Parente, informou que onde hoje se localiza o Fórum antes havia uma praça e lá tinha um chafariz.

Porém, foi através da lei nº 164 de 23 de julho de 1971, que observamos as primeiras iniciativas de tornar o abastecimento de água mais evoluído.

Lei número 164 de 23 de julho de 1971

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar, em nome da Prefeitura Municipal de Inhumas, convênio com a Fundação Serviço de Saúde Pública – FSESP -, para fins de estabelecer condições que regerão, a construção, administração, operação e manutenção do Sistema de Abastecimento de Água, da cidade de Inhumas, Estado do Piauí.<sup>80</sup>

A Prefeitura foi autorizada, em 1971, a assinar convênio com a Fundação de Serviço de Saúde Pública no intuito de estabelecer as condições que conduziram a construção, administração, operação e a manutenção do Sistema de Abastecimento de Água de Inhumas.

O Sr. Raimundo Rufino da Silva nos informa que a água encanada foi um projeto dos prefeitos, não foram os vereadores ou o restante da população que solicitaram: “a água encanada... foi um projeto mesmo dos prefeitos, não foi vereador

<sup>78</sup> SILVA, Luiza Rodrigues da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumas, 25 de Outubro de 2011.

<sup>79</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumas, 25 de Outubro de 2011.

<sup>80</sup> INHUMA. Lei n. 164 de 23 de julho de 1971. Autoriza o Prefeito de Municipal de Inhumas a assinar convênio com a Fundação Serviço de Saúde Pública – FSESP e dá outras providências.

que pediu isso não, foi um projeto dos prefeitos”.<sup>81</sup> Para Ferreira e outros, “Em 1972 o Sr. Joaquim Borges de Oliveira, prefeito na época, firmou um convênio junto ao Governo do Estado e AGESPISA para modernizar o abastecimento d’água. Obra só concluída no pleito seguinte.”<sup>82</sup>

Finalmente surge na Inhumá a água canalizada. O convênio com o Governo do Estado e com a AGESPISA foi firmado no ano de 1972, no mandato de Joaquim Borges de Oliveira, porém a obra só foi concluída no pleito seguinte, no ano de 1975. Abaixo, é possível visualizarmos fotos da inauguração.



Figura 6: Solenidade de inauguração do abastecimento de água de Inhumá – 1975. Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

<sup>81</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumá, 25 de Outubro de 2011.

<sup>82</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhumá*. 1994. Texto no prelo.

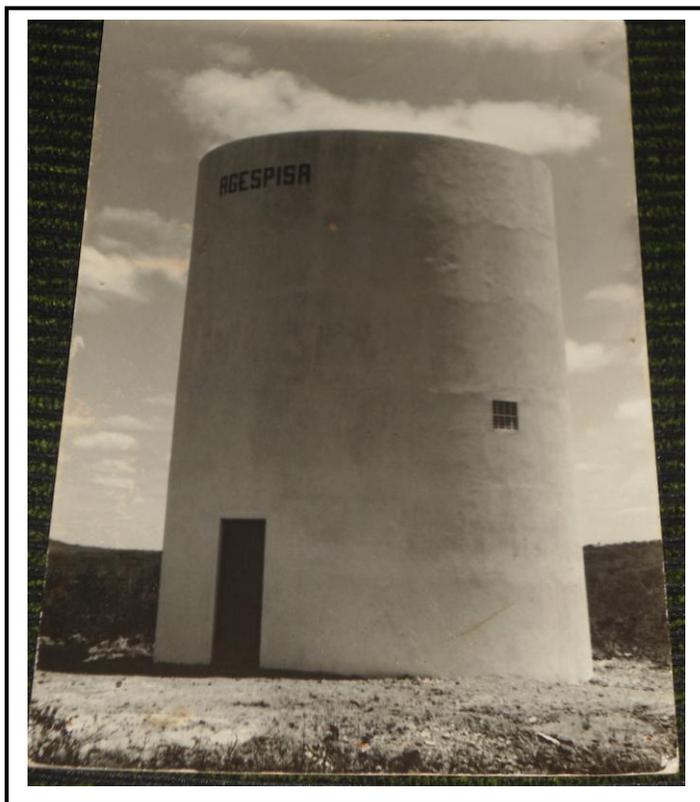


Figura 7: Caixa d'água no bairro Morro, ainda desabitado. Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo

Mesmo com a canalização da água já encaminhada, as pessoas ainda faziam uso dos chafarizes, não temos a data de quando essa prática foi extinta, porém o último documento que encontramos discorrendo sobre eles fazia referência à função de “encarregado de chafariz”.

Inhuma, 1º de agosto de 1973

[...] Projeto de Lei que reorganiza o quadro do pessoal desta Prefeitura [...]. A citada reorganização é baseada em leis federais que disciplina novo sistema de quadro de pessoal de Prefeitura Municipal.

Encarregado de Chafariz: Inspeccionar, permanentemente, as instalações, os equipamentos e a distribuição de água do chafariz; operar, manter e conservar o chafariz; controlar a abertura e o fechamento do local de trabalho.<sup>83</sup>

Trata-se de um projeto de lei reorganizando o quadro de pessoal da Prefeitura, nele consta a função do encarregado de chafariz, essa pessoa deveria inspecionar permanentemente as instalações, os equipamentos e a distribuição da água do chafariz, bem como operar e conservar o chafariz, controlando a abertura e o fechamento do local de trabalho.

<sup>83</sup> INHUMA. Projeto de Lei s/n de 1º de agosto de 1973.

A normatização da função de encarregado de chafariz, apesar de já haver a canalização da água para as casas dos moradores, pode ser entendida no sentido em que nem todos os habitantes, pelo menos no início, queriam ou poderiam arcar com os custos de ter água encanada em casa, visto que, a cidade era composta por uma população pobre. Esse conforto gerava gastos, e a Prefeitura não distribuía água encanada gratuitamente.

Esse foi o caso de D. Luiza Rodrigues da Silva:

Aquela dificuldade, a gente lavava roupa na lagoa do Vigário, no poço do BEC e na lagoa dos Bangüês aí quando eles fizeram essas caixas e ficaram procurando as pessoas que queriam religar água pra casa, uns queriam outros não queriam, porque diziam que era muita despesa e terminou todo mundo... aceitando [...] o jeito que teve foi ligar, todo mundo... eu mesmo não queria né, aí o finado Luis Didi me chamou lá no escritório dele: - “Olha você não vai ficar lavando roupa sozinha nessas fonte, é muito perigoso, aí a gente pode lhe ajudar. Você não pode pagar requisição logo imediatamente, você tira a requisição e deixa aqui no escritório, aí você vai trabalhar e aí quando você arrumar o dinheiro você vem pegar a requisição da água, mais você não vai ficar trabalhando só nessas fonte aí”, aí quando eu criei medo de ficar trabalhando sozinha mesmo, por que era eu só, as companheiras já tinham morrido um bocado, outras já tinham ido embora, aí eu puxei a água.<sup>84</sup>

Nesse relato de D. Luiza, percebemos que a construção do sistema encanado de abastecimento de água modificou a vida dos moradores, visto que, o uso das fontes naturais de água já não era tão intenso, tornando-se perigoso (mesmo com a cidade não se apresentando como violenta, o fato de ter que andar pelas veredas distantes e desabitadas em busca de água gerava uma sensação de perigo) para quem frequentava o local, ficando praticamente obrigados a aceitar a instalação da água encanada em suas residências como uma forma de segurança, mesmo que isso significasse uma despesa a mais para uma família que já não tinha uma renda tão grande.

Portanto, no tocante ao abastecimento de água na cidade de Inhumas, pudemos perceber que ele passou por diversos estágios. Primeiro a população tinha que se dirigir até o olho d’água chamado “jequi”, fonte de água tanto para consumo humano

---

<sup>84</sup> SILVA, Luiza Rodrigues da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumas, 25 de Outubro de 2011.

quanto de animais, bem como para a lavagem de roupas. Posteriormente foram construídos poços com chafarizes pela cidade, oferecendo um maior conforto para a população, já que a fonte de água para consumo encontrava-se mais próxima de suas residências, tendo que ir até o olho d'água ou outras fontes naturais somente para a lavagem de roupa ou para dar água aos animais.

Somente em 1975 é que o abastecimento por água encanada foi inaugurado na cidade, o que causou uma mudança no cotidiano dos moradores, fazendo cair cada vez mais em desuso os chafarizes, bem como se caracterizando como um gasto a mais para o orçamento limitado das famílias inhumenses.

### CAPÍTULO III

## A INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E O ESFORÇO NA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

### 3.1. Luzes da cidade: a instalação de energia elétrica e os espaços de lazer.

Velas, lamparinas e candeeiros faziam parte da vida cotidiana da população, mas, para uma cidade que deslanchava para as seduções do progresso não podia haver ruas e avenidas alargadas, sem iluminação, sem garantir segurança para os transeuntes.

Antes de Inhuma se tornar município, à noite o local encontrava-se em completa escuridão. Apenas nas casas havia uma precária iluminação, pois os moradores faziam uso de velas, lamparinas e candeeiros.

Durante a primeira gestão da cidade, o Prefeito Antônio de Deus Carvalho tomou providências com relação à iluminação das ruas:

Lei nº 13 de 27 de agosto de 1955

Art. 1º - Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Inhuma, comprar sobre qualquer forma de negócios, o necessário para instalação de luz elétrica nesta cidade; para o que fica aberto na Tesouraria desta Prefeitura um crédito especial de Cr\$ 400.000,00, o que poderá ser aumentado se este for insuficiente.

Art. 2º - Inicialmente o Prefeito Municipal deverá construir o prédio para o funcionamento da Usina.<sup>85</sup>

O primeiro documento encontrado falando sobre iluminação pública versava sobre a autorização dada à Prefeitura para comprar o necessário para a instalação de luz elétrica no município, bem como autorizando a construção de um prédio para o funcionamento da usina. Posteriormente, foi possibilitado ao Prefeito que adquirisse uma usina de luz e força para iluminação da cidade, autorizando-o que negociasse com a empresa que oferecesse a melhor proposta.

---

<sup>85</sup> INHUMA. Lei n. 13 de 27 de agosto de 1955. Autoriza o Prefeitura Municipal de Inhuma, comprar sobre qualquer forma de negócios, o necessário para a instalação de luz elétrica nesta cidade, para o que fica aberto na Tesouraria desta Prefeitura um crédito especial de Cr\$400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) o que poderá ser aumentado se este for insuficiente.

Foi aprovado [...] em terceira e última discussão o projeto de lei nº 40, nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal de Inhumas, autorizado a adquirir uma usina de luz e força para iluminação desta cidade, podendo discutir o negócio com a Firma ou empresa que melhor proposta venha a apresentar.

Art. 2º - Fica o Prefeito de Inhumas autorizado a assinar contrato com a firma vendedora com a cláusula de reserva de domínio.

Art. 3º - As despesas decorrentes do artigo 1º, correrão por conta da Quota do Imposto de Renda de que trata o art. 15, [...] 4º, da Constituição Federal.

Art. 4º - Abre o crédito especial de Cr\$800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) para ocorrer as despesas de que trata o art. 1º, no corrente ano.<sup>86</sup>

O Projeto de lei aprovado também tratava sobre a origem do dinheiro para aquela despesa, a qual iria correr por conta da Quota do Imposto de Renda bem como de um crédito especial de Cr\$800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

A primeira versão de iluminação elétrica foi inaugurada em Inhumas, segundo depoimentos, em 1º de agosto de 1958.

A energia elétrica foi inaugurada gerador próprio, no dia 1º de agosto de 58, teve dois geradores de energia, primeiro um funcionava com energia de carvão, com gás, a gente chamava e a segunda com diesel, mas todas duas funcionavam com recurso do município não tinha verba nem do governo federal nem do estadual, era com recursos próprios do município e 1958, até 1º de agosto de 1972, quando chegou energia da Bôa Esperança, a energia era só 4 horas por noite de 6 as 10, que era tudo que a Prefeitura podia custear.<sup>87</sup>

O primeiro sistema de iluminação elétrica surgido em Inhumas era bastante precário, servia para iluminar somente as ruas, nas residências, os moradores continuaram usando as velas e candeeiros. O Sr. Clementino de Carvalho Santos diz que a primeira fonte de energia da cidade foi o carvão, chamado de gás pobre, posteriormente foi utilizado o diesel para alimentar a usina de energia; ele ainda informa que essa usina funcionava somente através dos recursos da Prefeitura, sem qualquer ajuda estadual ou federal e como eram poucos os recursos municipais da época, a

<sup>86</sup> CÂMARA MUNICIPAL. INHUMA. Ata da quinta sessão ordinária da quarta convocação extraordinária da Câmara Municipal de Inhumas realizada no dia 10 de março de 1957. Registro das Atas da Câmara nº 2. p 8-10.

<sup>87</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumas, Março de 2005.

Prefeitura só podia arcar com os gastos de quatro horas de iluminação por noite, sendo das 18h00min às 22h00min o período que essa usina funcionava e por volta das 21h30min soava-se um sinal de alerta para que os moradores se recolhessem em suas casas.

No tempo de Antoninho de Deus tinha um... a energia era usina a carvão, ou então motor eu mesmo meu motor serviu muito aqui no prédio da usina véa, trazia um motor grande que eu tinha no sítio e instalava no ginásio acolá, quando eu não tava precisando dele lá, era ele.<sup>88</sup>

O Sr. Raimundo Rufino da Silva, um de nossos entrevistados, nos disse que quando o motor da Usina apresentava alguma falha no funcionamento era substituído por um que ele possuía em sua propriedade.

D. Maria Nonata do Socorro Silva, esposa do Sr. Raimundo Rufino da Silva, nos fala sobre o comportamento das pessoas ao ouvirem o sinal indicando que era hora de se recolherem: “andava na rua, quando dava o sinal corria todo mundo pra casa (risos), os namorado corria tudo pra casa (risos).<sup>89</sup>

Nos depoimentos, podemos analisar que os depoentes nos falam de vários tempos: o tempo da escuridão, das lamparinas, dos namoros de esquina, das praças. Sobre estes aspectos, o de relacionar o tempo com a vida particular Portelli enfatiza que: “Os relatos acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo. Por isso, as culturas desenvolvem métodos para obter alguma independência do tempo e para preservar as palavras”.<sup>90</sup> Daí as memórias que a população de Inhuma tem sobre um tempo sem a energia elétrica, que ficar na escuridão não o desejam mais, mas são tempos saudosistas em todas as entrevistas.

Assim, a população preserva o saudosismo da escuridão e aproveita os benefícios trazidos pela energia, entre esses benefícios podemos citar a transformação dos espaços públicos em áreas para o lazer, pois, aproveitando a iluminação, as

---

<sup>88</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

<sup>89</sup> SILVA, Maria Nonata do Socorro. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

<sup>90</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida. Funções do tempo na história oral. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 297.

pessoas costumavam fazer uso das praças a noite. Vejamos abaixo foto da Praça Monsenhor Lopes.



Figura 8: Praça Monsenhor Lopes e os três primeiros carros da cidade. Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

Sobre a construção das praças o Sr. Raimundo Rufino nos aponta que:

O Antônio de Deus, nesse tempo só tinha aquela pracinha lá da [...] Prefeitura, depois quando Jaquim Borges assumiu, não, Benoit assumiu a Prefeitura fez essa praça aqui<sup>91</sup>, foi Benoit que fez, terceiro Prefeito, primeiro foi Antônio de Deus, depois Manoel Macedo, depois Benoit, ele foi candidato a primeira vez em 54 e perdeu a eleição e em cinquenta e ... 62 ele ganhou, foi quem fez essa praça aqui, fez outra praça ali onde é o Fórum hoje, mas depois demoliram tudo, arrancaram tudo pra fazer o Fórum (...) eu fui quem arborizei ela, plantei as plantas tudo, fui eu, mas depois acharam que deviam fazer o Fórum ali, lá tinha um chafariz publico.<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Está se referindo à Praça Monsenhor Lopes.

<sup>92</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

Nesse depoimento podemos perceber certo ressentimento por parte do Sr. Raimundo com relação à destruição de uma das praças onde ele teve participação direta na construção e arborização,<sup>93</sup> podemos encontrar uma justificativa para este ressentimento no sentido em que o seu esforço de tornar a cidade mais bela através da arborização das praças foi posto abaixo devido à construção de um Fórum, que poderia, perfeitamente, ter sido instalado em outro local.

O surgimento da iluminação elétrica possibilitou o aparecimento de novas práticas de sociabilidades, através do uso das praças a noite como um local de encontro.

Com relação ao uso que as pessoas faziam das praças ele indica que “ficavam lá brincando, a praça naquele tempo era uma novidade [...] as moças, à noitinha, logo era pequenininha a cidade, ficavam tudo na praça, naqueles bancos de praça mais seus namorado conversando (risos), era uma beleza”.<sup>94</sup>

As praças, naquele período, além de uma forma de embelezar a cidade, configuravam-se, também, como uma forma de sociabilização e divertimento para a população.

Os moradores faziam uso dessas praças de diversas formas, a população adolescente a utilizava como o local onde se reuniam com os (as) amigos (as) e namorados (as) à noitinha, já os mais jovens ficavam lá brincando e uma das brincadeiras que costumavam praticar por lá era o jogo de bola, porém, essa prática incomodava os gestores, é o que podemos verificar na correspondência do Prefeito ao Comissário de Polícia de Inhumá: “Solicito outrossim a atuação da Polícia no sentido de evitar jogo de bola nas praças bem assim, a presença de menores em salão de sinuca”.<sup>95</sup>

Em 1973, o Prefeito Municipal enviou ofício ao Comissário de Polícia da cidade solicitando que a Polícia atuasse impedindo o jogo de bola nas praças bem como a presença de menores em salão de sinuca. A Prefeitura não oferecia à população, locais

---

<sup>93</sup> Raimundo Rufino da Silva foi Vereador por diversos mandatos em Inhumá-PI.

<sup>94</sup> SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumá, 25 de Outubro de 2011.

<sup>95</sup> Ofício s/n/73. Inhumá, 23 de novembro de 1973.

próprios para divertimentos e prática esportiva e o pouco que restava aos jovens estava sendo podado, com uso inclusive da força policial.

Era mais importante para a Prefeitura que as praças caracterizassem-se como um local de embelezamento para a cidade do que como uma possibilidade de diversão para os moradores, visto que, o jogo de bola nas praças era impedido com o intuito de não serem danificadas as plantas que ornamentavam o local.

Enquanto isso, os esforços na intenção de melhorar o sistema de iluminação continuaram. Como pode ser observado nesse documento enviado pela Prefeitura Municipal ao Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal:

Temos a elevada honra de submeter à competente apreciação e conseqüente votação de Vv. Exas. o incluso Projeto de Lei Municipal, dispondo sobre autorização a ser concedida a este Executivo, para contratar com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a abertura de um crédito de até a importância de Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinado à complementação dos recursos necessários á construção da Rêde de Distribuição de Energia Elétrica da nossa cidade, pela Centrais Elétricas do Piauí S. A. – CEPISA.

Como garantia e em pagamento do critério a ser contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S. A., esta Municipalidade deverá vincular até 50% (cinquenta por cento) das quotas do Fundo de Participação dos Municípios, concedendo-lhe autorização para receber, diretamente, da Agencia pagadora do Banco do Brasil S. A., nas épocas devidas, as importâncias estipuladas no respectivo contrato de Financiamento, tudo na conformidade do permitido na legislação específica vigente no país. [...]

Foi esta a maneira mais acertada e satisfatória que êste Executivo encontrou para a construção da nossa Rêde de Distribuição de Energia Elétrica, uma vez que, não dispõe e nem disporá, com a brevidade desejada, de recursos próprios para a realização de tamanha envergadura e de tanto interesse econômico-social do Município.

Desnecessário torna-se enfatizar para os ilustres Vereadores, profundos conhecedores das aspirações e das necessidades maiores da nossa população, os inúmeros benefícios que nos advirão com a construção da nossa Rêde de Distribuição de Energia Elétrica, capacitando-nos, assim, a receber a energia abundante e redentora da Barragem da Bôa Esperança.<sup>96</sup>

Somente na década de 1970 é que a Prefeitura assinou contrato de fornecimento de energia elétrica com a CEPISA. No documento exposto, o Prefeito Joaquim Borges de Oliveira, solicita autorização para contratar com o Banco do

---

<sup>96</sup> Minuta do Projeto de Lei. INHUMA, ? de julho de 1971.

Nordeste do Brasil a abertura de um crédito para complementar os recursos necessários à construção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica da cidade pela CEPISA - Centrais Elétricas do Piauí S.A.. Ele justifica o pedido desse empréstimo levantando o argumento de que a Prefeitura não dispõe e nem disporá com a rapidez desejada de recursos próprios para realizar esse empreendimento tão necessário para a população, sendo que a construção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica iria capacitar a cidade para receber a energia da Barragem de Boa Esperança.

A energia elétrica distribuída para a cidade de Inhumas era deficiente, ocorrendo faltas de energia constantemente:

Senhor Chefe:

Estamos sem energia desde ontem e o funcionário desta Empresa se encontra ausente. Além de prejuízos verificados aos contribuintes, o nosso abastecimento de água depende de energia, estando entretanto em início de uma calamidade.

Esperamos portanto o digno chefe mandar tomar a providência necessária o quanto antes, evitando assim grandes dissabores.<sup>97</sup>

Este ofício enviado em 1975, pelo Prefeito João Antônio de Sousa ao Engenheiro Chefe da CEPISA, nos dá uma amostra dos transtornos sofridos pela população com relação às faltas de energia. A cidade encontrava-se sem energia há dois dias sendo que o funcionário da CEPISA não se encontrava na cidade e para completar esse quadro, o sistema de abastecimento de água também dependia da energia elétrica, ou seja, sempre que faltava luz também faltava água, causando grandes prejuízos e aborrecimentos à população.

O sistema de iluminação tinha suas deficiências, era muito frágil ainda, porém, mais uma vez possibilitou diversão para a sociedade, visto que, com a mudança no abastecimento de energia pode ser instalado na cidade um sinal de TV, no início esse sinal só captava uma emissora, a Globo. Foi então instalada na Praça Monsenhor Lopes uma televisão que ficava disponível para todos, “frequentava muita gente, só tinha essa televisão lá na praça, ia muita gente, muita gente mesmo”.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Ofício nº2/75. Inhumas, 03 de janeiro de 1975.

<sup>98</sup> SILVA, Luiza Rodrigues da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumas, 25 de Outubro de 2011.

D. Luiza Rodrigues da Silva foi frequentadora assídua desse local, ela nos disse que ia para lá à noite com seus filhos para assistir a novela, e que era um local bastante frequentado pela população, já que a maioria não possuía TV em casa.



Figura 9: Inauguração do primeiro sinal de televisão em Inhumas. Fonte: Acervo do Centro Cultural Francéline de Sousa Araújo.

A praça nesse momento passa a agregar no seu espaço uma maior diversidade de pessoas, antes era frequentada apenas por jovens, agora com a instalação da TV a população mais velha também começou a fazer uso daquele ambiente.

A instalação da energia elétrica trouxe várias mudanças para a vida da população inhumense, a qual antes tinha que fazer uso de vela e do lampião agora passou a ter iluminação elétrica em casa. Era uma iluminação deficiente, aconteciam várias quedas de energia, porém possibilitou novas formas de diversão para os moradores, pois, com a iluminação das praças à noite foi possibilitada a reunião de jovens para as rodas de conversa e posteriormente, com a instalação da televisão na praça começou a reunir pessoas de diferentes idades para o entretenimento que a TV oferecia.

### 3.2. Os prédios públicos e a organização da máquina administrativa.

Nesse tópico iremos nos ater a fazer um breve levantamento sobre as construções públicas realizadas do período de 1954, ano da emancipação política até 1977, ano de inauguração da Unidade Sanitária Inhasinha Nunes, Hospital do município.

Antes de 1954 já existia na localidade algumas construções, entre elas estão a pequena Capela de São José (construída de 1918 a 1924), o primeiro Cemitério do município, localizado no que se caracteriza hoje como centro da cidade (1924), a Agência para Arrecadação de Impostos (1935), a Agência Postal Telefônica (1935), o Mercado Público (1935), Escola Reunida Major Leite – primeira escola da cidade (1950) e a Agência Postal Telefônica do Departamento de Correios e Telégrafos (1950).<sup>99</sup>

A partir de 1954 notamos nos documentos oficiais o aparecimento das primeiras tentativas de construções públicas após a emancipação.

Tornam-se recorrentes as propostas de construção de escolas:

Lei nº 3 de 3 de fevereiro de 1955

Art. 1º fica criado no lugar Buriti Comprido deste município uma escola primária, cujo titular vencerá mensalmente, a importância de Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros) e para fazer face a esta despesa fica aberto no orçamento do corrente ano, o crédito necessário [...].<sup>100</sup>

Lei nº 6 de 4 de maio de 1955

Art. 1º - Fica criado no lugar Salinas deste município uma escola primária, cujo titular perceberá a quantia de Cr\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros) mensais e, para fazer face a esta despesa fica aberto o crédito de Cr\$ 2.640,00 no orçamento do corrente ano.<sup>101</sup>

Lei nº 17 de 15 de março de 1956

Art. 1º - Fica criado um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura, de Cr\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros) para o custeio de vinte Escolas primarias neste município.

<sup>99</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

<sup>100</sup> INHUMA. Lei n. 3 de 3 de fevereiro de 1955. Cria uma escola primária no lugar Buriti Comprido deste município e fixa os vencimentos do respectivo titular.

<sup>101</sup> INHUMA. Lei n. 6 de 4 de maio de 1955. Cria uma escola primária no lugar Salinas deste município e fixa o vencimento do respectivo titular.

§ Único – As nomeações dos títulos das escolas de que trata esta Lei, serão feitas á títulos pró-labor e só terão vigência até o fim do período letivo do corrente ano.<sup>102</sup>

Projeto de Lei nº 8 de 1º de outubro de 1968

Art. 1º - Fica aberto na Tesouraria desta Prefeitura um crédito especial de NCr\$15.000,00, para ocorrer às despesas do aumento de mais duas salas, mosaicos, muro e ampliação do terreno dos prédios escolares dos lugares Roque e Buriti Comprido deste Município, construídos em convênio com o Ministério da Educação e Cultura.<sup>103</sup>

Os documentos citados acima discorrem sobre a criação de escolas em algumas localidades, entre elas Buriti Comprido, Salinas e Roque, e sobre os vencimentos que os titulares iriam receber. A Lei nº 17 de 15 de março de 1956 trata da abertura de 66 mil cruzeiros de créditos para custear a construção de vinte escolas primárias, sendo este valor ínfimo para o erguimento de vinte escolas de grande estrutura, supomos que elas teriam características semelhantes as da Escola Reunida Major Leite que contava com apenas uma sala de aula mais dependências que serviam de abrigo para professores e ainda uma área coberta para atividades extra classe.

Em 1965 foi construída e mantida pelo Governo Estadual a Unidade Escolar João de Deus Carvalho<sup>104</sup>, hoje se apresenta como uma das escolas de maior destaque do município, ela atende a vários alunos do Ensino Médio, nos turnos manhã, tarde e noite.

Outra construção que logo foi realizada após a emancipação, foi a construção da sede própria do Açougue Municipal:

Lei nº 5 de 15 de fevereiro de 1956

Art. 1º - Fica aberto um crédito na Tesouraria desta Prefeitura de Cr\$ 150.000,00 para a construção de um açougue nesta cidade.<sup>105</sup>

Lei nº 30 de 3/10/56

<sup>102</sup> INHUMA. Lei n. 17 de 15 de março de 1956. Cria uma verba de Cr\$ 66.000,00 para criação de vinte Escolas Primarias neste município.

<sup>103</sup> INHUMA. Lei n. 8 de 1º de outubro de 1968. Abre um crédito especial de NCr\$ 15.000,00 para ocorrer às despesas de construção de mais duas salas de aulas nos lugares Roque e Buriti Comprido deste Município.

<sup>104</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhuma*. 1994. Texto no prelo.

<sup>105</sup> INHUMA. Lei n. 5 de 15 de fevereiro de 1956. Abre um crédito especial de Cr\$150.000,00 para a construção de um açougue nesta cidade.

Art. 1º - Fica o Sr. Prefeito Municipal de Inhumas autorizado a construir nesta cidade, um matadouro público dentro dos preceitos higiênicos.

Art. 2º - Fica aberto crédito especial de Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) para ocorrer às despesas de que trata o artigo anterior.<sup>106</sup>

Inicialmente o comércio de carne era realizado numa pequena área do Mercado Público, com o passar do tempo esse local não estava mais atendendo as necessidades da comunidade. Na gestão do Prefeito Antônio de Deus Carvalho, foram então construídos, a sede própria do açougue e o matadouro público.<sup>107</sup>

Também em razão de não estar mais atendendo a demanda da população é que foi construído o novo cemitério municipal, ele foi erguido no ano de 1962, no bairro Sossego durante a gestão do Prefeito Benoit de Deus Nogueira.

Ainda na gestão daquele Prefeito foi construída a delegacia de polícia, antes, “a partir de 1945, deslocavam-se dois militares de Valença para cuidar da ordem local”.<sup>108</sup>

A construção da sede própria da Prefeitura só aconteceu em 1966, ainda na gestão de Benoit de Deus Nogueira, antes ela funcionava em casa alugada.

Lei nº 4 de 4 de fevereiro de 1955

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura, de Cr\$3.300,00 (três mil e trezentos cruzeiros), para fazer face ao aluguel do prédio destinado a Prefeitura Municipal de Inhumas.<sup>109</sup>

Uma casa que sabemos ter sido alugada para o funcionamento da Prefeitura, está situada na Rua Coronel Cícero Portela, nos contornos da Praça João de Deus Carvalho, em frente ao atual prédio da Prefeitura.

Foram abertos elevados créditos para a construção da Prefeitura:

Projeto de Lei nº 11/64 de 1º de outubro de 1964

Art. 1º - Fica aberto na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Inhumas, um crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos milhões de

<sup>106</sup> INHUMA. Lei n. 30 de 3 de outubro de 1956. Abre um crédito especial de Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) para ocorrer as despesas com a construção de um matadouro público.

<sup>107</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhumas*. 1994. Texto no prelo.

<sup>108</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhumas*. 1994. Texto no prelo.

<sup>109</sup> INHUMA. Lei n. 4 de 4 de fevereiro de 1955. Abre um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura, de Cr\$ 3.300,00 (três mil e trezentos cruzeiros) para pagamento do aluguel do prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Inhumas.

cruzeiros) para ocorrer com as despesas iniciais da construção do prédio da Prefeitura e Câmara Municipal nesta cidade de Inhumas.<sup>110</sup>

Projeto de Lei nº 2/66 de 27 de maio de 1966

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer jus da importância de Cr\$6.000.000 (seis milhões de cruzeiros) para ocorrer com as despesas de construção da Sede Própria da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores desta cidade.

Art. 2º - Para ocorrer com as despesas do art. 1º desta lei, fica aberto na Tesouraria desta Prefeitura, um crédito suplementar de Cr\$6.000.000 (seis milhões de cruzeiros).<sup>111</sup>

Nesses documentos percebemos que esses créditos também foram abertos para custear a construção da sede própria da Câmara dos Vereadores. Porém, no *Histórico de Inhumas*<sup>112</sup> é apontado que a sede da Câmara dos Vereadores foi criada somente em 1983 pelo Prefeito Alilo de Sousa Leal.

Somente em 1969 é que observamos a primeira construção voltada para a saúde pública. Nesse ano foi criado o posto de saúde.

Encontramos um ofício de 1964, enviado da Prefeitura Municipal de Inhumas ao Governador do Estado do Piauí, na época Petrônio Portela Nunes, pedindo ajuda do governo do Estado para solucionar alguns problemas que estavam afetando o município, entre as solicitações estava a

construção de um prédio para funcionamento de um posto de saúde com ambulatório anexo e a presença de um enfermeiro diariamente a fim de atender aplicações de injeções e pequenos curativos uma vez que reconhecemos à dificuldade da vinda de um médico.<sup>113</sup>

Essa dificuldade da vinda de um médico para permanecer no local talvez fosse pelos gastos que iria render ao município. Como a cidade estava passando por dificuldades, sendo que o inhumense vivia basicamente da lavoura, então, um enfermeiro tornava-se mais barato.

<sup>110</sup> INHUMA. Projeto de Lei n. 11/64 de 1º de outubro de 1964. Cria a verba especial de 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer as despesas iniciais da construção do prédio da Prefeitura e Câmara Municipal, nesta cidade.

<sup>111</sup> INHUMA. Projeto de Lei n. 2/66 de 27 de maio de 1966. Abre um crédito suplementar de Cr\$6.000.000 (seis milhões de cruzeiros) na Tesouraria desta Prefeitura, para ocorrer com as despesas de construção da sede própria da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores desta cidade.

<sup>112</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhumas*. 1994. Texto no prelo.

<sup>113</sup> Ofício s/n. Inhumas, 11 de janeiro de 1964.

Antes da construção do posto de saúde, os primeiros médicos que atenderam na cidade “faziam atendimento ambulatorial alternado a cada quinze dias em casas destinadas a esse fim”. Após a construção do posto em 1969, o município passou a ter a presença diária de auxiliares de enfermagem, para o atendimento de saúde, anos depois um médico passou a fazer atendimento permanente na cidade.<sup>114</sup>

O posto de saúde sofreu mudanças em sua estrutura física e foi “reformado para hospital”.<sup>115</sup> Apenas no ano de 1977 é que foi inaugurado o hospital da cidade.



Figura 10: Construção da Unidade Sanitária Inhasinha Nunes. Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

Hoje a Unidade Sanitária Inhasinha Nunes, nome do hospital do município, tem uma pequena estrutura física, só atende casos simples, basicamente consultas médicas com clínico geral, sendo que os casos de maior complexidade são enviados para os hospitais de Valença, Picos ou Teresina.

Percebemos, então, que com relação à construção de prédios públicos nesse período de 23 anos, as informações se resumem à criação de escolas, sede da

<sup>114</sup> FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhumas*. 1994. Texto no prelo.

<sup>115</sup> SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhumas, Março de 2005.

Prefeitura e do Açougue Municipal, construção de um novo cemitério, delegacia de polícia, postos médico e de um pequeno hospital.

## CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi exposto nas páginas anteriores, podemos perceber que a cidade de Inhumas tendo sido emancipada em 1954, passou por algumas mudanças em sua estrutura na passagem de uma simples vila para uma cidade.

Os documentos aos quais tivemos acesso e as entrevistas com os moradores, nos mostraram que antes de 1954 a localidade apresentava-se como uma pequena vila, com aspectos bem rústicos, poucas casas, concentradas próximas a área que hoje é a Praça João de Deus Carvalho, uma escola primária, um ínfimo mercado, uma pequena igreja, a Praça Monsenhor Lopes com praticamente só o seu “esqueleto” e ruas criadas sem planejamento e sem calçamento.

Entre as mudanças ocorridas, vimos que as que mais causaram transformações na vida dos munícipes foram: a abertura de ruas, pois causaram transtornos para a população com as desapropriações; a mudança no sistema de abastecimento de água, visto que, com a canalização da água para a casa dos moradores perdeu-se a prática do uso das fontes naturais de água para lavagem de roupa e coleta para uso doméstico e a conseqüente sociabilidade causada pelo encontro das pessoas nesses locais.

E, por fim, a mudança no sistema de abastecimento de energia, proporcionando uma nova forma de lazer para a população que agora poderia se reunir à noite na praça, que passou agora a ser o ponto de encontro de amigos e namorados. Inicialmente a população se reunia para conversas e namoros, porém, após a chegada do sinal de TV os inhumenses passaram a frequentar o local para assistir ao entretenimento que a novidade oferecia, o que começou a alterar a faixa etária da população que frequentava as praças; com a TV os moradores mais velhos também começaram a visitar o local.

É possível notar que as gestões municipais iam a contramão no que se refere as reais necessidades da população. Podemos perceber isto devido à estruturação física da cidade a partir da emancipação, que fora efetivada para dar à cidade aspectos de modernidade para confortar a população.

Os projetos de urbanização dos gestores tinham como foco a aparência da cidade, embelezar a cidade aos olhos dos visitantes e não a melhoria na condição de

vida dos munícipes, é o que podemos perceber diante da ausência de projetos visando a possibilidade de lazer à população.

Durante este trabalho de pesquisa sobre o processo de urbanização de Inhumas, que compreendeu os anos entre 1954 e 1977, notamos que as características da cidade permaneceram sem grandes mudanças. As transformações ocorridas nos 23 anos que compreendem esse período se resumem a criação de ruas, mudança no sistema de energia, no sistema de abastecimento de água, criação de algumas escolas, do posto de saúde, do hospital, da sede para a Prefeitura e da Câmara dos Vereadores.

## FONTES

### *FONTES ORAIS:*

GONCALVES, João Ferreira. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

GUIMARÃES, Francisca de Assis. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

NOGUEIRA, Antonio de Deus. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

NOGUEIRA, Antonio de Deus. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 14 de Maio de 2012.

SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

SILVA, Luiza Rodrigues da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

SILVA, Maria Nonata do Socorro. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Antonio Manoel Leal Almondes. Inhuma, Março de 2005.

SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2011.

*FONTES ESCRITAS (Literatura, Leis, Projetos de Leis, Portarias, Contratos e Ofícios):*

ALMONDES, Antônio Manoel Leal. *Lembranças do Processo de Emancipação Política de Inhumá*. Teresina, 2005. Texto no prelo.

FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. *Histórico de Inhumá*. 1994. Texto no prelo.

FREITAS, Gilberto Pe. *Paróquia de São José – História de um povo e sua fé – Inhumá-PI*. Teresina: SG gráfica e editora Ltda., 1997.

CÂMARA MUNICIPAL. INHUMA. Ata da quinta sessão ordinária da quarta convocação extraordinária da Câmara Municipal de Inhumá realizada no dia 10 de março de 1957. Registro das Atas da Câmara nº 2. p 8-10.

CÂMARA DOS VEREADORES. INHUMA. Ata da terceira sessão ordinária da quarta reunião ordinária da Câmara Municipal de Inhumá em 4 de outubro de 1961. Registro das Atas da Câmara nº 2, p. 92.

DIÁRIO OFICIAL, 1954 apud ALMONDES, Antônio Manoel Leal. *Lembranças do Processo de Emancipação Política de Inhumá*. Teresina, 2005, p. 32. Texto no prelo.

Disponível em:  
<[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO28\\_176f21bbab.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO28_176f21bbab.pdf)>. Acesso em:  
10 out. 2011.

INHUMA. Lei n. 2 de 15 de fevereiro de 1956.

INHUMA. Lei n. 3 de 3 de fevereiro de 1955.

INHUMA. Lei n. 4 de 4 de fevereiro de 1955.

INHUMA. Lei n. 5 de 4 de maio de 1955.

INHUMA. Lei n. 5 de 15 de fevereiro de 1956.

INHUMA. Lei n. 6 de 4 de maio de 1955.

INHUMA. Lei n. 7 de 22 de junho de 1955.

INHUMA. Lei n. 8 de 1º de outubro de 1968.

INHUMA. Lei n. 10 de 27 de agosto de 1955.

INHUMA. Lei n. 11 de 27 de agosto de 1955.

INHUMA. Lei n. 12 de 27 de agosto de 1955.

INHUMA. Lei n. 13 de 27 de agosto de 1955.

INHUMA. Lei n. 16 de 27 de outubro de 1955.

INHUMA. Lei n. 17 de 15 de março de 1956.

INHUMA. Lei n. 27 de 3 de outubro de 1956.

INHUMA. Lei n. 29 de 3 de outubro de 1956.

INHUMA. Lei n. 30 de 3 de outubro de 1956.

INHUMA. Lei n. 46 de 12 de agosto de 1957.

INHUMA. Lei n. 63 de 2 de maio de 1958.

INHUMA. Lei n. 64 de 3 de maio de 1958.

INHUMA. Lei n. 164 de 23 de julho de 1971.

INHUMA. Ofício n° 7 em 02.07.1963

INHUMA. Projeto de lei n. 2 de 4 de fevereiro de 1964.

INHUMA. Projeto de Lei n. 2 de 27 de maio de 1966.

INHUMA. Projeto de Lei n. 3 de 4 de fevereiro de 1964.

INHUMA. Projeto de Lei n. 11/64 de 1° de outubro de 1964.

INHUMA. Projeto de Lei s/n de 1° de agosto de 1973.

MÃE PRETA [Anita Lima de Oliveira]. *Antiga história de Inhuma e seus primeiros representantes*. Inhuma: Center Curso, 2003.

Minuta do Projeto de Lei. INHUMA, ? de julho de 1971.

Ofício n°2/75. Inhuma, 03 de janeiro de 1975.

Ofício s/n. Inhuma, 11 de janeiro de 1964.

Ofício s/n/73. Inhuma, 23 de novembro de 1973.

Prefeitura Municipal de Inhuma. Portaria n. 1 de 10 de maio de 1955.

Prefeitura Municipal de Inhuma. Portaria n. 2 de 10 de junho de 1955.

Prefeitura Municipal de Inhuma. Portaria n. 4 de 18 de julho de 1956.

Prefeitura Municipal de Inhuma. Portaria n. 6 de 11 de maio de 1957.

Prefeitura Municipal de Inhuma. Portaria n. 7 de 17 de agosto de 1957.

TERMO DE CONTRATO PARTICULAR que fazem Dom Avelar Brandão Vilela e o Sr. Prefeito da cidade de Inhuma do Piauí. Teresina, 10 de janeiro de 1964.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALLEM, Antônio C. et al. *Recursos genéticos de maniçobas (Manihot spp. Euphorbiaceae) para forragem no Nordeste semi-árido*. Disponível em: <<http://www.cpatsa.embrapa.br/catalogo/livrorg/manicobarecursosgeneticos.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BARROS, José D' Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas*. São Paulo. Martins Fontes. 1996.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC., 1986.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

MONTE, Regianny Lima do. Memória e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Imperatriz: Ética, 2010, p. 297-324.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e memória: O processo de modernização de Teresina nos anos de 1930 e 1940. IN: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *História de vários feitio e circunstância*. Teresina: Dom Barreto, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. *Anais XXV Simpósio Nacional de História: por uma est (ética) da beleza na*

*História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n. 53, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida. Funções do tempo na história oral. In.: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?*. São Paulo: Brasiliense, 2004.